

Evolução da Estrutura Urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI

*Maria Domingas V. M. Simplício **

Resumo:

Com o presente artigo pretende-se sistematizar os traços mais marcantes do processo de evolução da estrutura urbana da cidade de Évora durante o Século XX e começo do Século XXI, procurando evidenciar os procedimentos e as ocorrências que conferem a esse processo particular destaque no contexto do planeamento urbanístico nacional.

De facto, a sistematização da evolução da estrutura urbana de Évora ao longo do período referido pode constituir um documento exemplificativo da importância de que a planificação urbana se deve revestir, tanto mais que Évora representa um exemplo de referência no quadro das cidades médias portuguesas.

Para essa notoriedade concorrem ainda factores como a importância que o planeamento urbanístico e o planeamento municipal na globalidade têm assumido em Évora (por vezes no quadro de algum pioneirismo a nível nacional) e a especificidade decorrente da classificação do Centro Histórico como Património Mundial.

Como complemento da análise da evolução da estrutura urbana, que assume particular interesse quando, como é o caso de Évora, se trata de centros representativos de um escalão fundamental para um correcto equilíbrio do sistema urbano nacional, apresenta-se um conjunto de indicadores que traduzem a posição destacada que Évora evidencia na rede urbana do Sul do País.

Palavras-chave: Estrutura urbana, evolução urbana, planeamento urbanístico.

Abstract:

The present paper intends to be a systematisation of the more outstanding traits of the urban structure evolution process in the town of Évora, during the XXth century and the beginning of the XXIth century, trying to put in evidence the procedures and occurrences which confer on the process special prominence in the national urban planning policy.

In fact, the systematisation of Évora's urban structure evolution during the above-mentioned time may represent a good example of the importance that must be given to urban planning, moreover because Évora represents a reference example in context of portuguese medium-sized cities.

That prominence is also the result of the importance that urban planning and municipal planning in general have achieved in Évora (sometimes being pioneer in the application of those procedures in Portugal) and of the specificity that results of the historic centre's classification as World Heritage.

As a complement of the analysis of urban structure's evolution, the paper introduces some socioeconomic indicators, which clearly show the important position of Évora in the urban network of the South of Portugal.

Keywords: Urban structure, urban evolution, urban planning.

* *Universidade de Évora – Departamento de Geociências*

1. INTRODUÇÃO

Com a progressiva concentração das populações, das principais actividades económicas e dos centros de decisão no meio urbano, ganhou crescente importância o reconhecimento de que o processo de evolução urbana não pode continuar a reflectir as tendências e as pressões mais ou menos espontâneas, mas deve resultar da aplicação de instrumentos de planeamento que traduzam as opções consideradas mais ajustadas ao desenvolvimento urbano pretendido.

Nesta perspectiva, o urbanismo e o planeamento urbano assumem cada vez maior relevância no quadro da definição das grandes orientações estratégicas formuladas como enquadramento para as intervenções que visam o desenvolvimento das sociedades urbanas actuais.

É neste contexto que a avaliação dos processos de evolução urbana deve entender-se como um contributo importante para a valorização do conhecimento sobre estas matérias, sobretudo quando, como é o caso de Évora, se trata de centros urbanos representativos de um escalão fundamental para um correcto equilíbrio da estrutura urbana de um território.

Com efeito, em resultado de um conjunto de circunstâncias diversas, a evolução urbana registada em Évora ao longo do século XX, suscita um interesse particular, a que certamente não será alheio o papel que o planeamento urbano de há muito vem assumindo, por vezes no quadro de algum pioneirismo no contexto nacional.

Considera-se, por isso, que a sistematização relativa à evolução da estrutura urbana de Évora ao longo do século XX e na transição para o século XXI pode constituir um documento exemplificativo da importância que a planificação do desenvolvimento urbano deve assumir, tanto mais que Évora representa, também, um exemplo de referência no quadro das cidades médias nacionais.

Certamente que o interesse e atenção que as questões da evolução da área urbana de Évora suscitam não são também indissociáveis da importância que teve para a cidade a classificação pela UNESCO, em 1986, do Centro Histórico como Património Mundial; na verdade, embora seja neste sector urbano que, compreensivelmente, mais se faz sentir o reflexo desta classificação (obrigando a que todas as intervenções na estrutura urbana e, mesmo, na organização funcional sejam pautadas por critérios de grande exigência qualitativa), também relativamente ao desenvolvimento urbano extramuros o recurso à adopção de instrumentos de planeamento que contribuam para melhorar a qualidade urbanística assumiu grande relevância, mesmo se os resultados nem sempre são os desejáveis.

É, pois, este o enquadramento do presente artigo, no qual se apresenta uma síntese das principais etapas da expansão urbana na primeira metade do século XX, dedicando em seguida maior atenção ao desenvolvimento da cidade e às políticas urbanas nas últimas décadas, já que é neste período que o processo de planeamento tende a assumir em Évora posição destacada; como complemento, reúnem-se alguns indicadores que traduzem a importância de Évora na rede urbana do Sul do País, avaliando a evolução previsível em função de opções que estão já tomadas (ou que o podem ser em breve) e de tendências que se perspectivam.

2. O DESENVOLVIMENTO URBANO NA 1ª METADE DO SÉCULO XX

A Cidade Intramuros

Na cidade intramuros são em número muito reduzido as intervenções urbanas ocorridas na primeira metade do século passado já que elas se limitaram a áreas restritas de renovação de alguns sectores.

As áreas ocupadas por antigos conventos são muitas vezes aquelas que vão permitir alguma renovação urbana. Em Évora ocorreu, no século XX, a destruição dos conventos das Mónicas, de Santa Catarina, do Paraíso e do Salvador.

O espaço pertencente ao Convento do Salvador vai permitir a construção do edifício dos C.T.T. e de parte dos edifícios que ladeiam a Rua D. Isabel. A esta alteração urbana está ligada a abertura da Rua de Olivença, em meados do século, bem como o alargamento dos edifícios da Câmara Municipal.

Na área pertencente ao antigo Convento do Paraíso vai ocorrer o ajardinamento de um pequeno largo - o Jardim do Paraíso - junto ao qual será posteriormente construído o Palácio da Justiça levando a um novo arranjo daquele espaço. No terreno do antigo Convento de Santa Catarina inaugurou-se na década de 40 uma esplanada com cinema ao ar livre.

Também algumas praças e largos vão sofrendo alterações e arranjos urbanísticos na primeira metade do século XX. Está neste caso a Praça Joaquim António Aguiar, uma das que tem passado por mais modificações e que naquele período sofreu duas transformações importantes: em 1923, quando lhe é retirada a fonte barroca que aqui existia, desde o século XIX¹, e é transformada numa praça ajardinada onde os canteiros e um lago de cisnes são vedados com canas, pelo que, ainda hoje se chama Jardim das Canas. E na década de 40, com a destruição do Jardim das Canas, surgindo a praça com novo arranjo urbanístico que compreendeu o desaparecimento do lago e dos canteiros e a construção dos sanitários subterrâneos e de um chafariz de formas geométricas.

A Praça do Giraldo também foi sujeita a alguns arranjos urbanísticos na primeira metade do século. Estes consistiram, no início, na construção da Agência do Banco de Portugal após a demolição do edifício dos Paços do Concelho e da Cadeia Comarcã. No final dos anos 20 foram retirados os bancos de jardim que se encontravam na praça e fixado o espaço destinado ao estacionamento dos automóveis de aluguer. Entretanto tinha-se já concluído a construção dos passeios de peões que envolvem a praça.

Em meados do século (1949) outro arranjo urbanístico se fez sentir nesta praça passando por um corte no tabuleiro a fim de permitir o estacionamento de táxis no lado ocidental e de automóveis particulares no outro lado, pela colocação de novos candeeiros eléctricos e pela pavimentação com lajeado de granito regional do espaço sob as arcadas (M. MONIZ, 1984, pp.122-123).

Do ponto de vista funcional a Praça do Giraldo continuou a manter uma importância comercial assinalável encontrando-se aqui, no princípio do século passado, alguns estabelecimentos que chegaram aos nossos dias como a Farmácia Motta, a Papelaria e Livraria Nazareth, o Monteiro das Lãs e a Casa Pita entre outros, já desaparecidos, dos quais se podem destacar os Grandes Armazéns do Chiado, o Café Central, o café/cevejeria Brasserie e a Leitaria Mimosa.

¹ A fonte foi transferida para o Largo de Avis, onde ainda se encontra.

Alterações ou arranjos pontuais ocorreram no Largo da Porta de Avis, com o arranjo dos anos 30, pelo qual para aqui foi transferida a fonte de mármore da Praça Joaquim António de Aguiar, nas ruas e artérias principais, que durante a primeira metade do século foram calcetadas e beneficiadas com a introdução da rede de esgotos e nos espaços onde, a partir de 1930, se construíram imóveis de grande porte como os Correios, a Direcção Geral de Construções Escolares e a Estação Rodoviária, entre outros.

A Cidade Extramuros

Em Évora, como noutras cidades, a instalação do caminho-de-ferro (em 1863) e a definição da estação ferroviária como novo elemento estruturante da organização urbana, favoreceram o desenvolvimento de novas expansões.

Assim, inicia-se o crescimento extramuros em direcção ao sul com a construção das avenidas Dr. Barahona e Combatentes da Grande Guerra, conduzindo à formação dos bairros do Baluarte, do Ferroviário e do Rossio Ocidental cujos traçados parecem ter sido planeados.

Ao contrário do que sucedeu noutras cidades em que as expansões urbanas em direcção à estação ferroviária são preferencialmente reservadas às classes privilegiadas, em Évora, as classes de maiores recursos económicos permanecem intramuros e aqueles bairros (sobretudo os dois últimos) destinam-se às classes mais baixas e intermédias.

Outros núcleos urbanos, também surgidos no princípio do século XX, mas a norte da cidade e de características mais espontâneas, destinam-se igualmente a classes de fracos recursos e desenvolveram-se associados à Fábrica dos Leões, instalada em 1916. Estão neste caso os bairros Tenente Pereira e dos Leões.

O crescimento da área urbana extramuros foi, no entanto, muito lento até 1940. Um mapa datado de 1930 assinala apenas, para além da presença dos bairros já referidos, todos eles de dimensão muito reduzida e localizados próximo da cidade intramuros, pequenas partes dos bairros do Chafariz d'El Rei e de Almeirim e o princípio do Poço Entre as Vinhas (actual Bairro da S^a da Saúde). Segundo dados referidos no relatório n^o 29 do Plano Director de Évora (C.M.E., 1978/1979, p.III.1) as áreas urbanas extramuros compreendiam então perto de 900 fogos, com uma população de, aproximadamente, 3500 habitantes.

Em 1940 encontravam-se recenseados fora das muralhas 915 fogos atingindo, na altura, a população da cidade intramuros o seu valor máximo - 18559 habitantes.

É a partir daqui que se vai verificar o primeiro período de grande expansão da cidade extramuros para o que contribuiu, certamente, o êxodo rural motivado, em parte, pelo surto de mecanização na agricultura, que obrigava a população rural excedentária a procurar na cidade um novo meio de vida, a que se justapôs o desenvolvimento do aparelho burocrático do Estado, com crescente importância nas cidades, levando à fixação dos quadros necessários ao seu funcionamento.

As expansões extramuros tomam, assim, assinalável incremento, inicialmente com o aparecimento de grande número de bairros, ainda destinados às classes de fracos recursos que se fixavam em aglomerados não planificados, semelhantes às povoações rurais, localizados às vezes em áreas afastadas da cidade. São desta época os bairros da Comenda, Almeirim, Canaviais, Santa Maria, S^a do Carmo, São José da Ponte e grande parte dos bairros S^a da Saúde e Frei Aleixo entre outros, constituindo um conjunto de

bairros espontâneos, surgidos em todas as direcções, e compostos por soluções urbanísticas muito idênticas: habitações de pequena dimensão, de um só piso, caiadas, com rodapés pintados, dispostas em banda contínua, muito idênticas às povoações rurais de onde, geralmente, estas populações eram oriundas. Foram cerca de 1400 fogos que, na década de 40, se construíram com estas características, dando início ao que mais tarde se viria a designar por bairros "clandestinos" (fig. 1).

O Primeiro Plano de Urbanização de Etienne de Gröer

No sentido de ordenar e planificar o desenvolvimento urbano, surgiu, em 1942, o primeiro Plano de Urbanização para a cidade de Évora. Elaborado por Etienne de Gröer, este plano, que viria a determinar e orientar, de certa forma, o futuro desenvolvimento da cidade, e que tomou a designação de "Plano de Ordenamento, Expansão e Embelezamento da Cidade de Évora - Esboceto", compreendia duas partes distintas. Na primeira parte é feita uma análise da situação da cidade na época, quanto a população, economia, características da aglomeração, levantamento dos principais problemas urbanos, nomeadamente o da habitação (que muitas vezes ocorria em áreas insalubres), localização da indústria e existência de espaços livres urbanos. Na segunda parte, definem-se as Bases do Plano de Ordenamento e Extensão; partindo de um zonamento do espaço urbano definem-se os usos do solo e os condicionantes e limitações em cada zona.

A cidade intramuros aparece, aqui, dividida em três zonas, com diferentes usos e características: a zona comercial e administrativa central e duas zonas residenciais de feição distinta, pois destinam-se a estratos populacionais diferentes. Por seu lado, a cidade extramuros aparece dividida em zona industrial, zonas residenciais e zonas de comércio local.

É com base neste esboceto, e decorrendo do seu aperfeiçoamento, que Etienne de Gröer apresentou em 1945 o Ante projecto de Urbanização da cidade de Évora composto por uma Planta de Urbanização (desenhada na escala 1/2000), um relatório escrito explicativo onde se traçam as principais ideias propostas, e dois regulamentos, o das zonas e o dos loteamentos e bairros, visando a correcta implementação do plano, definindo com rigor as intervenções que poderão ocorrer em cada uma das zonas estabelecidas.

As ideias mais importantes deste ante-plano assentam em duas vertentes principais: por um lado, na preservação cuidadosa do espaço intramuros mantendo o mais possível o seu carácter histórico, se bem que deva ser implementado um conjunto de medidas, propostas no estudo, para melhorar as condições de habitabilidade das áreas mais insalubres; por outro, no planeamento de áreas residenciais extramuros, com características e densidades de construção e ocupação estabelecidas, onde alguns núcleos de comércio e serviços foram também propostos. Nestas novas áreas residenciais, propõe o estudo de Etienne de Gröer que as casas sejam recuadas, relativamente às ruas, quatro a dez metros, espaço que será ocupado por pequenos jardins. Também se propõe que cada bairro disponha de um mercado ou agrupamento de lojas, de espaços livres e de terrenos de jogos para as crianças.

Outras ideias importantes traçadas neste plano e de certa forma implementadas são as referentes à rede de circulação, mantendo-se com grande importância as principais vias de acesso à cidade (as estradas de Lisboa, Beja e Estremoz, às quais se junta como elemento importante a de Arraiolos) e propondo-se uma via circular contornando o Centro Histórico, e interligando aquelas vias entre si e com as novas expansões urbanas. Igualmente de assinalar é a definição da zona industrial, pois o plano prevê que a indústria deixe o mais possível a cidade intramuros e se concentre a sul, na direcção do caminho-de-ferro, onde, aliás, já se encontravam fábricas e grandes depósitos.

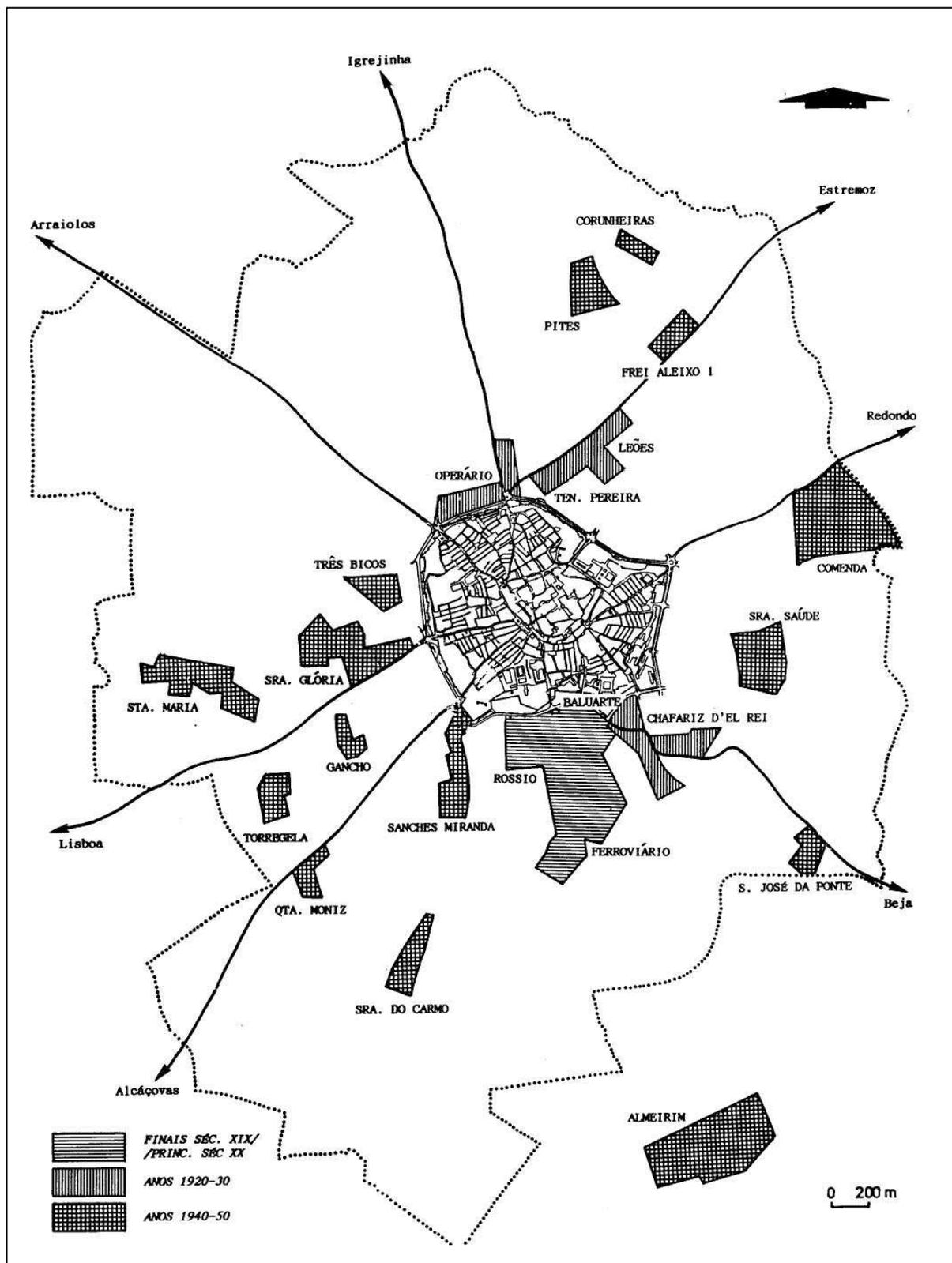


Fig. 1 - Evolução da expansão urbana extramuros até 1950

Fonte: Plano Director de Évora, relat. n.º 6 (1978/79)
 Câmara Municipal de Évora

Também no ante-plano foram reservados alguns terrenos para edifícios e instituições de interesse público como é o caso da Escola Industrial e Comercial (que veio a ser construída um pouco afastada do local previsto) e apontada a necessidade de manter uma cinta verde em volta da muralha, bem como todos os espaços não construídos no interior daquela.

Este ante-plano, apresentado em 1945, foi aprovado por todas as entidades competentes que incitaram o autor a continuar os seus trabalhos, passando da fase de ante-plano para o plano final ou definitivo que atendesse a alguns aspectos pontuais geradores de maiores dúvidas ou desaprovações. Isto não se concretizou já que nunca foi apresentada a versão final do Plano de Urbanização de Évora, mas algumas das ideias propostas no ante-plano tiveram continuidade.

Assim, na segunda metade da década de 40 a expansão extramuros, até então assente no aparecimento de núcleos espontâneos, vai conhecer uma outra faceta com a implementação de programas de construção de habitação feitos de acordo com o previsto no Ante-plano de Urbanização. De facto, aqueles conduziram à expansão da Zona de Urbanização N° 1 onde, em 1950, já se tinham construído 80 fogos, segundo os modelos previstos por Etienne de Gröer, iniciando-se aqui a expansão planeada dos bairros de Évora, em paralelo com a expansão espontânea, mais antiga. A construção da Zona de Urbanização N° 1 foi promovida pela Administração Pública, e destinava-se essencialmente às classes sócio económicas média e alta, proporcionando a transferência de parte desses estratos populacionais, instalados no Centro Histórico, e favorecendo a fixação dos quadros superiores, motivada pelo reforço da importância administrativa da cidade.

3. O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E AS POLÍTICAS URBANAS APÓS 1950

A Cidade Intramuros

Como é evidente, para o sector intramuros da cidade não parece correcto falar-se num processo de crescimento urbano após 1950, pois seriam muito escassos os terrenos disponíveis para novas construções.

Importa, no entanto, apontar as principais intervenções de renovação urbana, quase sempre pontuais, levadas a efeito, bem como perceber quais os objectivos e medidas que, sob orientação da autarquia, têm sido implementadas para a manutenção e valorização deste espaço, o que tem vindo a ocorrer sobretudo nas três últimas décadas.

Começando por avaliar o que aconteceu desde meados do século XX até 1974, altura em que as atitudes a tomar relativamente ao Centro Histórico de Évora sofrem o reflexo das importantes alterações políticas no contexto nacional e local, apenas algumas intervenções pontuais de grande vulto há a referir. Entre elas a construção e inauguração de alguns edifícios públicos como por exemplo: a Caixa Geral de Depósitos, o Montepio Geral (inaugurado em 1955 no local onde foram demolidos os Armazéns do Chiado), as novas instalações da P.S.P. (no Largo dos Castelos), a construção do novo Hospital Distrital (na década de 60) e o início das obras de construção do Hospital do Patrocínio.

Ainda neste período são inaugurados no Centro Histórico, o Posto de Turismo (na Praça do Giraldo), a Escola de Enfermagem (junto ao Hospital Distrital), a Delegação de Saúde do Distrito (na Rua de Machede) e entrou em funcionamento o Instituto Universitário de Évora (1973).

No que se refere a intervenções em espaços não construídos, há algumas situações a salientar, nomeadamente o arranjo do Largo dos Colegiais (1953), a remodelação do Largo Alexandre Herculano (1958) e do Largo das Portas de Moura, associada à reconstrução do Palácio da Justiça (1963) e a construção do Parque Infantil, inaugurado em 1964.

Entretanto o Centro Histórico foi sujeito a um estudo de caracterização física e sócio económica, elaborado nos finais da década de 70², o qual revelou o grande predomínio, na cidade intramuros, de edifícios em mau estado de conservação, com muitos fogos sem instalações sanitárias o que se prende com o facto de todo o parque habitacional ser muito antigo, e estar ocupado, maioritariamente, por população idosa, pessoas vivendo isoladas ou em famílias de dois indivíduos, normalmente com fracos recursos económicos.

Por outro lado, verifica-se também, que a maioria dos fogos são arrendados, usufruindo os proprietários de rendas extremamente baixas. Nesta situação, é natural que as obras de reabilitação e recuperação das habitações, cada vez mais necessárias, não sejam executadas já que, nem os inquilinos, com os seus fracos recursos, nem tão pouco os senhorios, com as baixas rendas que recebem, o podem fazer. Assim, a situação tenderia a agravar-se pelo que, a Câmara iniciou um processo de defesa e recuperação do Centro Histórico que se traduziu no estudo e implementação de dois programas distintos, mas de certo modo paralelos: o Plano de Circulação e Transportes e a Metodologia de Recuperação do Centro Histórico de Évora.

O primeiro, elaborado em 1980, tinha como principais objectivos (C.M.E., 1980-b):

- Favorecer a circulação e o bem estar da população no centro da cidade;
- Proteger o valor histórico e cultural da cidade e valorizá-lo;
- Garantir o funcionamento dos serviços básicos da cidade;
- Garantir o acesso ao centro da cidade das pessoas que aí trabalham;
- Melhorar as condições de utilização da cidade intramuros pelos automóveis.

Em termos gerais o Plano de Circulação e Transportes procurou retirar do Centro Histórico grande número de veículos, incentivando o uso da circular, e criar áreas de domínio dos peões nos eixos centrais, onde se concentram as unidades comerciais e de serviços. A gradual implementação do plano tem contribuído para melhorar algumas situações, mas o crescimento do parque automóvel, a inadequada resposta dos transportes colectivos e a persistente concentração de funções no Centro Histórico são responsáveis pelo agravamento de outras, nomeadamente o estacionamento.

O Programa para definição de uma Metodologia para Recuperação do Centro Histórico de Évora (PRCHE)³, foi também iniciado em 1980 e concluído em 1982. Este plano que, resumidamente, apontava para a revitalização económica, cultural e social do Centro Histórico bem como para a

² No âmbito do Plano Director, instrumento de planificação do desenvolvimento municipal a que adiante se fará referência.

³ OA - SISMET (1981-1982).

melhoria das suas condições de habitabilidade definiu como principais objectivos a atingir (J. CARVALHO, 1991, p.63):

- " a recuperação do tecido urbano;
- a preservação do património histórico-cultural;
- evitar o desalojamento da população instalada;
- a criação simultânea de condições para a revitalização económica, social e cultural;
- manter Évora, e especificamente o seu Centro Histórico, com as funções de pólo regional que hoje desempenha."

Assim, com base numa prévia caracterização do Centro Histórico de Évora e do seu enquadramento no concelho, o Programa de Recuperação⁴ tenta encontrar uma metodologia de intervenção que permita à autarquia saber discriminadamente: o que vai fazer; como se vai fazer; com que intervenientes e objectivos; quais os meios a utilizar; que formas de encadeamento com outros projectos em curso ou a lançar; com que suportes juridico-institucionais se poderá contar.

É no âmbito deste programa que vai ser criado o Núcleo para o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora (NPRCHE)⁵ com o fim de coordenar e promover a execução das acções da responsabilidade da autarquia definidas nos estatutos; outras iniciativas relacionadas com o programa manifestam-se ao nível de lançamentos de concursos de arquitectura visando projectos de equipamentos e espaços públicos, da elaboração de projectos e obras de recuperação de espaços públicos, do projecto de recuperação de um dos quarteirões mais degradados (considerado Zona Piloto) como forma de exemplificar as medidas que se poderão estender a outras áreas do Centro Histórico e da preparação e lançamento de campanhas de divulgação e comunicação visando esclarecer a população e os agentes locais, regionais, nacionais e internacionais e interessá-los na necessidade de haver uma colaboração conjunta tendente a preservar e valorizar o Centro Histórico de Évora. Estas são apenas algumas das acções desenvolvidas pelo NPRCHE, que começou a funcionar em 1982.

Em 1986 Évora foi reconhecida pela UNESCO como Património Mundial, atendendo às suas características arquitectónicas próprias, onde monumentos e edifícios notáveis, muitos deles classificados, são parte de uma malha urbana que tem nos edifícios e elementos de cariz popular o complemento de que resulta um conjunto cujo valor patrimonial deve ser preservado. Para além disso, o Centro Histórico de Évora, cujo tecido urbano constitui, na opinião da UNESCO o melhor exemplo da "idade de ouro portuguesa", mantém, nas suas ruas e praças, uma intensa vida própria.

A distinção da UNESCO, se constitui motivo de orgulho e satisfação para os eborenses, veio trazer a toda a população e à autarquia uma maior responsabilidade e consciencialização da necessidade de manter e revitalizar todo o núcleo antigo.

Como reflexo dessa maior responsabilidade e consciencialização, a cidade intramuros tem vindo a apresentar, nos últimos anos, uma melhoria do estado de conservação de boa parte dos edifícios; apesar de não ser possível evitar a degradação de alguns prédios, o balanço global é positivo, pois

⁴ *Relativamente a este Programa, veja-se igualmente a sistematização de F. MARCHAND (1981 b, pp.34-38) quanto aos objectivos a atingir e acções a desencadear.*

⁵ *Num artigo sobre o Centro Histórico de Évora, R. ALMEIDA (1983, pp.31-32) apresenta uma breve síntese da constituição, estrutura e funções deste gabinete.*

um pouco por todo o Centro Histórico se verifica a melhoria, renovação e reconstrução de muitos imóveis. Este processo traduz o efeito conjugado do empenho da autarquia (consubstanciado na definição de estratégias de intervenção e na promoção ou apoio a programas e sistemas de incentivos) e do interesse da população e investidores privados, decorrente da valorização do sector intramuros no contexto da área urbana.

Embora não se pretendam aqui tratar de forma exaustiva e pormenorizada o conjunto de programas, medidas e acções que se têm implementado visando a preservação do património e a renovação no Centro Histórico de Évora, merecem aqui referência algumas intervenções ocorridas em espaços de domínio público no sector intramuros, nos últimos 25 anos, salientando-se:

- O arranjo mais recente da Praça Joaquim António de Aguiar que se concretizou em 1983, conferindo-lhe o aspecto que teve até ao início de 2000, quando entrou novamente em remodelação, desta feita para construção de um parque de estacionamento subterrâneo;
- Os melhoramentos introduzidos no Mercado Municipal, em 1988;
- A implementação do projecto de reordenamento da circulação da Praça do Giraldo (1988/1989) reservando a área adjacente às arcadas para os peões; este projecto, por incidir sobre o "centro vital" da cidade, proporcionou, aliás, um dos mais intensos confrontos dos últimos anos entre as diversas sensibilidades políticas e técnicas locais.

Quanto a novos espaços construídos há a salientar o complexo comercial e residencial, inaugurado no início dos anos 80, na Rua do Eborim, com assinalável significado na revitalização urbana daquele sector da cidade e, mais recentemente, um centro comercial e residencial localizado no Largo de Santa Catarina, local onde no princípio do século XX, foi demolido o Convento com o mesmo nome (fig. 2).

Entre 1994 e 1997 decorreu a construção de um edifício destinado a hotel, o qual juntamente com os espaços complementares ocupa grande parte da Quinta da Palmeira, a maior quinta que subsistia no interior do Centro Histórico; esta opção que contraria, de resto, o Plano Director, suscita também algumas reservas, não apenas por sacrificar uma zona verde, potencialmente de uso público, mas por agravar os problemas de circulação.

Em 1998 foi inaugurada a Albergaria do Calvário e já em 2006 iniciou-se a remodelação do antigo Palácio dos Sepúlveda (onde funcionou até 1996 a fábrica da Melka) para uma unidade hoteleira.

Merece referência também a adaptação das antigas instalações da gare rodoviária a parque de estacionamento, depois de funcionar provisoriamente como mercado, enquanto decorreram as obras no Mercado Municipal.

Saliente-se ainda a concretização de alguns projectos previstos no "Estudo de Reabilitação, Renovação Urbana e Dinamização das Estruturas Comerciais no Centro Histórico de Évora", desenvolvido no âmbito de um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Évora e a Associação Comercial de Évora, como suporte à candidatura ao PROCOM (Programa de Apoio à Modernização do Comércio).

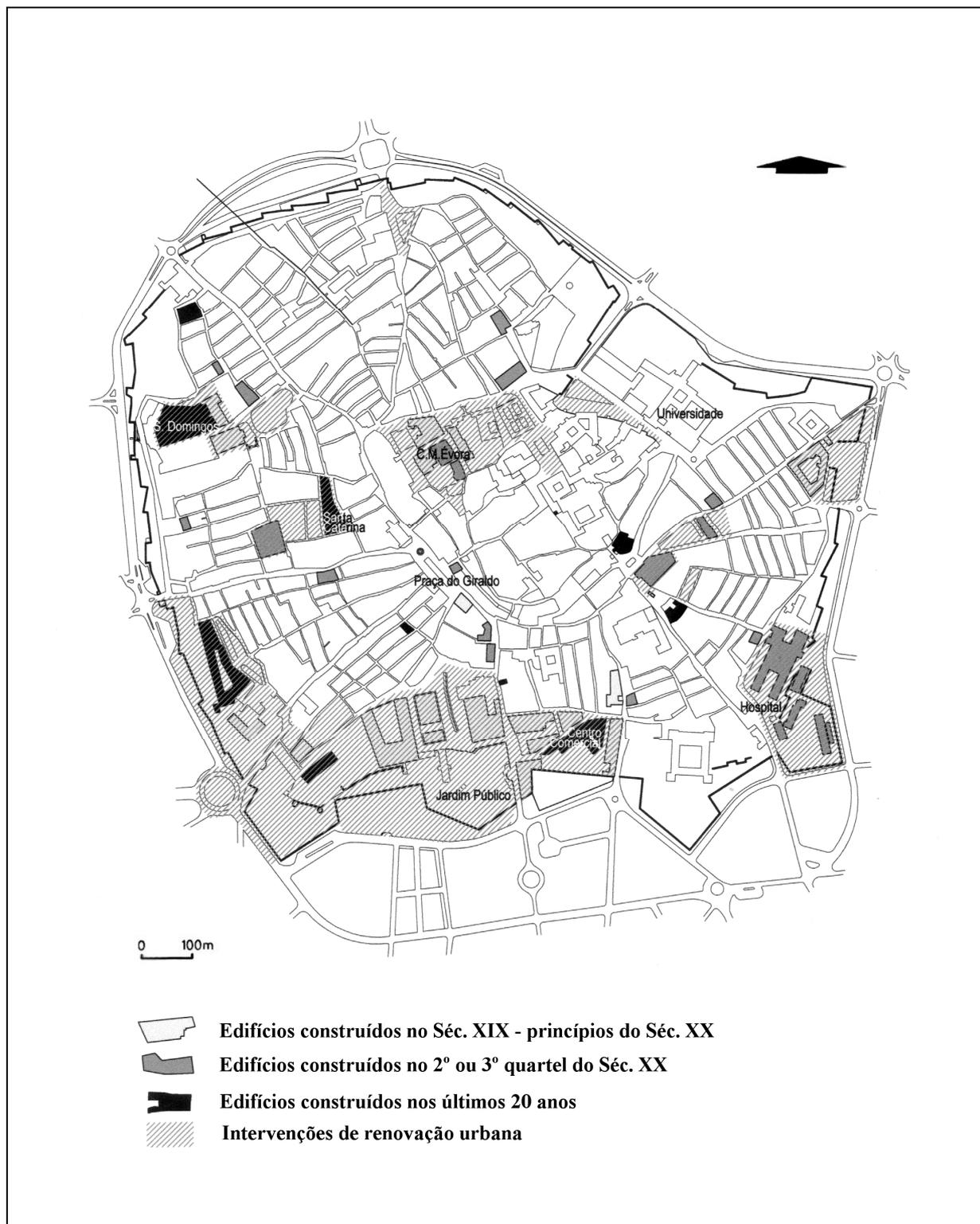


Fig. 2 - A cidade intramuros na actualidade

Adaptado de: Plano Director de Évora, relat. nº 28 (1978/79), C.M.E.

Completado a partir de: Roteiro da Exposição "Évora - Cem Anos de Estórias" (1990), C.M.E. (não publicado) e de levantamentos de campo.

Este projecto conduziu à modernização e revitalização da principal área comercial do Centro Histórico e à intensificação da sua animação, incidindo em duas zonas principais:

- O eixo comercial formado pela Rua Cândido dos Reis, Praça do Giraldo, Rua da República e Largo das portas de Moura onde, para além da modernização de alguns estabelecimentos comerciais, se promoveu à repavimentação das ruas de peões, com alargamento dos passeios e a reorganização de praças e largos, com introdução de novo mobiliário urbano.
- A Praça 1º de Maio, onde ocorreu uma reorganização do mercado municipal e da sua envolvente criando-se novos motivos de atracção que incrementam a utilização desse espaço privilegiado do Centro Histórico.

Em paralelo com as intervenções de maior dimensão, continuam a realizar-se um pouco por toda a malha urbana intramuros intervenções de recuperação e renovação, quer em edifícios públicos, quer em imóveis particulares.

O Planeamento Urbano e o Crescimento da Cidade Extramuros

O crescimento da cidade extramuros na década de 50 é marcado por uma redução significativa na dinâmica verificada na década anterior, apesar de se terem continuado as iniciativas já em curso.

Saliente-se apenas, neste período, como aspecto fundamental, o alargamento da Zona de Urbanização Nº 1 tendo-se aqui construído cerca de 1400 fogos.

Nos finais dos anos 50, a Câmara Municipal fez uma nova tentativa de planear o crescimento da cidade contratando o Arquitecto Nikitta de Gröer para continuar os estudos de seu pai (Etienne de Gröer), conducentes à revisão e actualização do Ante plano de Urbanização.

Nikitta apresentou algumas propostas que incluíam já a integração dos bairros espontâneos mais próximos da cidade, mas acabou por rescindir o contrato com a Câmara sem que os seus estudos tivessem sido concluídos ou aprovados, pelo que não tiveram praticamente nenhuma repercussão na planificação do crescimento urbano.

Este, no entanto, vai continuando, embora a um ritmo muito lento. A Administração Pública continua a expandir a Zona de Urbanização Nº 1, construindo cerca de 480 fogos sobretudo no Bairro da Caixa de Previdência (actual Bairro Garcia Resende). Por outro lado, aparecem pela primeira vez alguns loteamentos privados, legais, conduzindo à expansão de alguns núcleos residenciais nomeadamente na Tapada do Ramalho, na Quinta de Santa Catarina, no Bairro das Nogueiras, na área junto à Escola Industrial e Serviços Municipalizados e em torno das avenidas Heróis do Ultramar e Pedro Álvares Cabral. Estas áreas foram, na quase totalidade, ocupadas sobretudo por estratos de população pertencentes às classes média e alta.

Paralelamente a este desenvolvimento da urbanização em loteamentos legais surgem mais quatro núcleos não planificados e continuam a expandir-se os já existentes.

Segundo dados do Relatório nº 6 do Plano Director de Évora (C.M.E., 1978/1979, p.9) construíram-se durante a década de 60 cerca de 389 fogos em loteamentos urbanos privados aprovados, 728 em bairros "clandestinos" e 483 promovidos pela Administração Pública.

Refiram-se também alguns empreendimentos de vulto para a cidade de Évora que marcaram esta década como é o caso da reconstrução do Palácio da Justiça, da abertura das Piscinas Municipais, da edificação do novo Hospital Distrital e da construção da Escola Industrial e Comercial (actual Escola Gabriel Pereira) e da Estrada de Circunvalação.

Évora continua, no entanto, sem um plano orientador que defina as normas e regras do crescimento urbano e, em 1969, é contratado o atelier do Arquitecto Conceição Silva para elaborar um Plano de Urbanização para a cidade.

Nos princípios orientadores deste estudo (que contou com a colaboração do Geógrafo Jorge Gaspar e do Arquitecto Tomás Taveira) está patente a ideia manifestada pelo seu autor de que Évora, apresentando um sector terciário muito desenvolvido, não usufrui as vantagens que daí lhe poderiam advir e que a vitalização da cidade só será possível com um desenvolvimento do sector industrial que trará então, como consequência, o sector terciário adequado. Assim, parte das propostas assentarão numa acção dinamizadora do secundário de maneira a criar cerca de 10000 empregos.

Ainda na opinião do Arquitecto Conceição Silva, as funções de habitação e indústria constituem o suporte físico e económico do crescimento da cidade pelo que elas merecem uma importante atenção ao longo do trabalho; outro tanto não acontece com os equipamentos de comércio e serviços, considerando que os existentes são suficientes para servirem muito mais população, ainda que necessitem alguma remodelação.

O estudo referido, elaborado para uma área que corresponde a um círculo com um raio de 7500 m e centro na Praça do Giraldo, englobou um Inquérito Sócio urbanístico e um Plano de Urbanização. O Inquérito permitiu um conhecimento importante da realidade sócio económica, cultural e demográfica da cidade e forneceu bases importantes para a elaboração do Plano de Urbanização, também chamado, pela primeira vez, Plano Director.

Nele previa-se um desenvolvimento da cidade muito dependente do desenvolvimento industrial proposto e baseado numa densificação importante do tecido urbano, aspectos talvez responsáveis pela fraca aceitação que o plano teve. Este apresentava a área abrangida dividida em três espaços distintos: zona urbana intramuros, zona urbana extramuros e zona rural de protecção à cidade.

Para a primeira, limitada pela muralha e estrada de circunvalação e detentora de grande parte do património histórico e cultural, propõem-se áreas de habitação (a maioria já existentes, outras a ocupar com este uso), áreas de comércio e serviços (espalhadas por toda a área mas concentrando-se, preferencialmente, numa faixa entre a Praça Joaquim António de Aguiar e o Rossio de São Brás), áreas de indústria (limitadas ao sector da Rua do Muro, já afecto a este uso, e permitindo apenas actividades que não perturbem o espaço em que se inserem) e áreas de ensino.

Na zona extramuros distinguem-se os espaços pertencentes ao continuum urbano, com vários usos propostos: habitação com diversas densidades, áreas de comércio e serviços, espaços para ensino, desporto, estacionamento, matadouro e mercado abastecedor; de referir também os subúrbios dos bairros de Almeirim e Canaviais, para onde se prevê sobretudo habitação mas, também, comércios e serviços locais e uma área particularmente vocacionada para o turismo que abrange os Moinhos do Alto de São Bento e as encostas viradas para a cidade.

Finalmente, refira-se a zona rural de protecção à cidade, sujeita à regulamentação existente para as zonas agrícolas, onde se deve impedir qualquer outro uso do solo. Nesta área prevêem-se apenas três

ocupações especiais: o futuro espaço da feira, um novo cemitério e a futura estação de tratamento de esgotos e lixo. Saliente-se que os dois últimos equipamentos referidos vieram, de facto, a localizar-se onde, genericamente, o plano os previa.

O estudo foi alvo de várias críticas que assentavam essencialmente não só nos inconvenientes que poderiam ter para a cidade uma expansão em "mancha de óleo" como parecia ser a proposta, mas também num desacordo com a previsão de habitações colectivas exteriores à muralha com densidades muito elevadas (300 hab./ha) e na criação de novas zonas habitacionais na área intramuros. Estas objecções foram levantadas sobretudo pelo Conselho Superior de Obras Públicas que, todavia, no seu parecer final, propôs o prosseguimento dos estudos com a remodelação e correcção dos aspectos mais negativos. No entanto, o Plano de Conceição Silva não chegou a ser aprovado e a sua influência no desenvolvimento urbano manifestou-se, sobretudo, nas áreas destinadas a actividades industriais, localizadas a sul da cidade.

Esta situação resulta, em parte, da mudança de atitude, de certa forma assinalável, perante as questões relativas ao desenvolvimento da indústria em Évora, ocorrida durante a década de 60. Com efeito, foi a partir de meados desta década que surgiram não só os primeiros loteamentos industriais, a sul da cidade, na denominada Área Industrial nº 1, como se fixaram, fora desta área, algumas unidades industriais. Estão neste caso a Melka⁶, situada na cidade intramuros, e a antiga Siemens (actual Tyco), num espaço exterior e afastado da muralha.

A indústria na cidade continuou, no entanto, a ter peso reduzido embora tenha sofrido algum incremento e maior dinamismo no início da década de 70 quando foi reservado um terreno de 50 ha, a sul da cidade, para o Parque Industrial criado por iniciativa da Empresa Pública de Parques Industriais.

Também nesta altura surgiram várias tentativas de aprovação de loteamentos legais baseados em altas densidades de construção, situados em espaços centrais com boas localizações. Nenhuma destas tentativas se chegou a concretizar, não só pelas limitações apresentadas pela indústria de construção civil pouco desenvolvida em Évora, mas também dado o peso histórico e cultural aqui presente impondo uma necessidade de preservar a imagem da cidade e o perfil do Centro Histórico (J. CARVALHO, 1991, p.19).

Desta forma, o peso das construções promovidas por iniciativa privada em loteamentos urbanizados foi relativamente reduzido até 1975.

Também no sector público não houve grande incremento na construção de novas áreas residenciais, já que este se limitou praticamente, na primeira metade da década de 70, a um programa de alojamento na Horta das Figueiras.

O maior impulso no sector da construção vai ser, neste período, mais uma vez, com o crescimento e expansão de loteamentos "clandestinos", tendo agora estas áreas características e ocupantes muito distintos das dos bairros espontâneos mais antigos. Com efeito, os bairros não planeados da década de 70 são diferentes daqueles que surgiram nos anos 40 com características rurais, ocupados por populações vindas do campo. A partir de 1970, são sobretudo habitantes do Centro Histórico, e em menor número, alguns emigrantes, que possuem ou adquirem lotes, de dimensões mais amplas, e aí constroem as suas "vivendas" consoante as possibilidades económicas e os gostos pessoais, na maioria dos casos sem ligação com a área onde se inserem.

⁶ Esta unidade viria a encerrar em 1996, decorrendo actualmente um projecto que prevê a adaptação das instalações para novo estabelecimento hoteleiro.

Assim, a situação em 1974 caracterizava-se por uma crise habitacional importante não se encontrando quase oferta de habitação em espaços urbanizados, pois lotes legais disponíveis apenas existiam nos bairros da Tapada do Ramalho / Quinta de Santa Catarina, onde só as classes sócio económicas mais elevadas conseguiam construir. Desta forma, continuavam a expandir-se cada vez mais loteamentos ilegais, não planeados, e, dos 40000 habitantes que então viviam na cidade, 15000 residiam nos vinte e nove bairros "clandestinos" que envolviam as muralhas. Segundo dados obtidos na Câmara Municipal de Évora, destes bairros, apenas seis possuíam já estudo urbanístico, doze não tinham água canalizada, dezassete não tinham esgotos e vinte e quatro não tinham arruamentos.

Entretanto e face à manutenção de grandes carências de habitação e de terrenos onde se pudesse construir legalmente, continuam a ter um peso importante os loteamentos ilegais, com o conseqüente parcelamento da propriedade rústica que envolvia a cidade sobretudo na Zona Norte, à volta do Bairro do Bacelo e ao longo da Estrada das Alcáçovas, no Bairro da Torregela e Herdade da Casinha. A análise dos dados do quadro I permite verificar que de 1970 a 1978 os fogos construídos "clandestinamente" superaram os que ocorreram através de processos legais.

QUADRO I - CONSTRUÇÃO DE FOGOS NA ÁREA URBANA ENTRE 1900 E 1978

		1900 a 1940		1940 a 1950	1950 a 1960	1940 a 1960	1960 a 1970	1970 a 1978	1960 a 1978	1900 a 1978
		N	V	N	N	V	N	N	V	N
CIDADE INTRAMUROS		1251	36%	2	2	0,1%	-228	-132	-7,6%	1255
CIDADE EXTRAMUROS E BAIRROS PERIFÉRICOS	Público	91	-	80	962	-	483	300	-	1916
	Privado legal	430	-	127	74	-	389	289	-	1309
	"Clandestino"	404	-	1400	234	-	728	790	-	3556
	Totais	925	-	1607	1270	311%	1600	1379	78%	6781
ÁREAS URBANAS - TOTAIS		2176	63%	1609	1272	51%	1600	1379	35%	8036

N - Número de fogos construídos (ou suprimidos)

V- Variação percentual do nº total de fogos, no período

Adaptado de J. CARVALHO (1991, p. 37).

Em meados da década de 70, duas situações distintas vão ocorrer no sentido de transformar esta situação. Por um lado surgiram as primeiras Cooperativas de Habitação, que apostavam na possibilidade de construir a baixos custos, apoiadas, em parte, pela Administração Central e Local, verificando-se, simultaneamente, uma maior organização dos moradores. Por outro lado, a Câmara Municipal vai ter um papel muito mais activo no processo de loteamentos e construção de habitações tornando-se num órgão de produção de solo urbanizado e propondo-se travar o avanço dos loteamentos "clandestinos" e recuperar os já existentes.

Uma das primeiras medidas a serem tomadas foi a elaboração de um Plano de Expansão da Zona Oeste, incluindo aqui uma vasta área considerada prioritária de expansão de Évora, que abrangia os bairros António Sérgio, Malagueira, Cruz da Picada, Escurinho e Alto dos Cucos.

Este plano, elaborado essencialmente em 1975 e aprovado no ano seguinte, visava travar o avanço dos bairros "clandestinos" facilitando a aquisição de terrenos ou habitações e constituiu um programa de apoio estatal, onde foi muito importante o papel das Cooperativas de Habitação e da Administração Pública, embora tenham sido também previstas áreas para construtores privados.

Na vasta área abrangida pelo plano existiam já as urbanizações da Tapada do Ramalho / Quinta da Vista Alegre que tinham sido lançadas na década de 60 por construtores privados, cinco bairros de origem espontânea, três da década de 40, e dois de aparecimento mais recente, e o Bairro da Cruz da Picada que estava em construção e englobava 479 fogos da responsabilidade do Fundo do Fomento da Habitação (F.F.H.) (J. CARVALHO, 1991, p.52).

O Plano de Expansão da Zona Oeste, tendo em consideração a estrutura urbana existente, propôs como objectivos principais a criação de uma unidade residencial para cerca de 3500 fogos, equipada com as infra-estruturas e equipamentos necessários, e a articulação dos bairros construídos de forma não planificada e do empreendimento do F.F.H., em construção, integrando todas estas áreas na unidade residencial proposta. No plano estavam ainda previstos, além de outros componentes, a criação de espaços de estacionamento capazes de apoiar o Centro Histórico, e a integração, na unidade residencial, de duas zonas universitárias já previstas.

Paralelamente à elaboração e implementação do Plano de Expansão da Zona Oeste, a Câmara empenhou-se na recuperação dos bairros "clandestinos" existentes, procurando dotar aquelas áreas das infra-estruturas necessárias, para o que as obras foram iniciadas ainda em 1974⁷.

Em 1977 a Câmara contratou o Arquitecto Siza Vieira para elaborar um plano de pormenor para um espaço integrado na Zona Oeste. Este plano, aprovado ainda nesse ano, merece aqui uma referência atendendo à vasta área que abrange (27 ha) e ao impacto que teve na opinião pública local. Nele prevê-se a construção de 1200 fogos dos quais 686 estariam a cargo de Cooperativas de Habitação, 418 eram da responsabilidade do F.F.H. e, apenas os 96 restantes, seriam atribuídos à iniciativa privada.

O bairro foi construído com habitações com tipologias arquitectónicas fixadas à partida, onde as casas, que se distribuem em banda contínua, se desenvolvem em dois pisos com pátio interior e são sujeitas a um rígido regulamento no sentido de assegurar uma aparência exterior relativamente uniforme. Na opinião do projectista, pretende-se com este plano uma proposta relacionada com a arquitectura tradicional do Alentejo que procura transpor a imagem da cidade intramuros para o seu exterior. Para esta imagem contribuem as condutas aéreas para infra-estruturas (à semelhança do Aqueduto da Água de Prata), junto às quais funcionam as áreas comerciais, como acontece com as arcadas do Centro Histórico.

Outra acção muito importante para o processo de desenvolvimento da Área Urbana de Évora foi a elaboração de um Plano Director do Concelho de Évora que incluiu o Plano Geral de Urbanização da cidade.

Os trabalhos de elaboração do Plano Director, que estiveram a cargo de uma equipa pluridisciplinar nomeada para o efeito, iniciaram-se em 1978 com uma fase de levantamento e caracterização da situação existente. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas a entidades da Administração Central e Local e inquéritos diversos dirigidos à população, às habitações e a unidades funcionais⁸.

⁷ No mesmo sentido foi criado, em 1977, um Gabinete de Recuperação das Áreas Clandestinas, com o objectivo de elaborar planos de pormenor para todos os bairros.

⁸ Foram elaborados os seguintes inquéritos:

- Sócio-económico - abrangeu 4100 pessoas;
- Urbanístico - abrangeu 11000 fogos e 1290 funções;
- Escolar - abrangeu 50 estabelecimentos de ensino e cerca de 9000 alunos;
- Agrícola - abrangeu a totalidade das UCP e Cooperativas do concelho e alguns pequenos agricultores;
- Industrial - abrangeu as principais unidades industriais do concelho.

Foram os elementos obtidos a partir desta primeira fase de recolha de informação que possibilitaram a definição dos principais objectivos propostos para o Plano Director de Évora (C.M.E., 1978/1979, relatório nº 7):

- Apoiar o reforço de Évora como pólo regional e favorecer os ritmos de crescimento demográfico do concelho;
- Apoiar a estabilização da população dos aglomerados rurais como forma de evitar a sua regressão e permitir uma efectiva ocupação do concelho;
- Apoiar a satisfação das necessidades básicas da população quer das zonas rurais quer da área urbana;
- Apoiar a protecção dos valores históricos, culturais e ambientais do concelho.

Definidas também, em linhas gerais, as várias políticas sectoriais relacionadas com o plano - políticas de apoio às actividades económicas, políticas sobre a rede urbana e os transportes, políticas de solos e controle urbanístico, políticas de habitação e políticas de reabilitação do Centro Histórico - foram elaboradas as propostas apresentadas que, abrangendo todo o concelho, se encontram definidas em três partes distintas: o Plano Concelhio, Planos de Ordenamento para cada um dos aglomerados urbanos e o Plano Geral de Urbanização da cidade de Évora (P.G.U.). São as propostas definidas nesta última parte que interferem, mais directamente, com o desenvolvimento do espaço urbano de Évora, pelo que, são aquelas, que merecem aqui referência mais pormenorizada.

Após um minucioso trabalho de levantamento que permitiu conhecer com exactidão a situação existente na área urbana, nomeadamente quanto a caracterização do espaço físico, dos aspectos ligados com a habitação, da situação sócio-económica e demográfica e ainda da avaliação das carências de equipamentos e espaços verdes, foram apresentadas as principais propostas traduzidas sob dois aspectos diferentes.

Assim, surge por um lado o Plano Negativo da Área Urbana, com o qual se pretende "ordenar os condicionamentos à edificação do solo, com vista a serem preservados os valores culturais e paisagísticos, a protegerem-se infra-estruturas existentes, a garantir-se a execução de infra-estruturas previstas ou projectadas e a impedir-se a destruição de solos agrícolas protegidos ou de elementos essenciais à estrutura física" (C.M.E., 1980-a).

Neste plano definem-se, pois, as áreas que não podem ver o seu uso alterado, as infra-estruturas existentes e propostas e os elementos da estrutura natural indispensáveis ao bom equilíbrio biológico da área urbana. Consideram-se, neste plano, áreas livres destinadas a recreio da população, enquadramento de monumentos ou protecção de linhas de água; foram assinalados os principais pontos de vista panorâmicos que, evidentemente, condicionam as alturas dos edifícios, e definidas faixas de protecção a infra-estruturas e áreas de solos de boa qualidade que se deverão reservar para a produção agrícola; procedeu-se ainda à delimitação da zona urbanizada.

Outra peça importante deste P.G.U. é o Plano de Uso dos Solos da Área Urbana, que apresenta as propostas de ordenamento definidas de acordo com os princípios que se seguem (C.M.E., 1980-a):

- Manutenção da estrutura monocêntrica da cidade, favorecendo a instalação de comércio e de alguns serviços na área central;

- Ordenamento em sectores urbanos residencial e industrial periféricos;
- Desenvolvimento da estrutura viária radio-concêntrica;
- Criação de uma estrutura verde penetrando até ao Centro Histórico;
- Protecção e valorização do Centro Histórico, dos valores paisagísticos e culturais e da silhueta da cidade;
- Integração urbanística dos bairros periféricos clandestinos e das tipologias urbanas utilizadas nessa área.

Neste plano, após a delimitação e descrição das várias áreas que o compõem, apresenta-se uma proposta da rede viária, um zonamento do espaço composto por áreas destinadas à habitação, à indústria, a espaços para comércio e serviços, e a zonas de reserva e de espaços verdes; e, ainda, uma proposta de localização de equipamentos para o ensino, para actividades administrativas e militares e para funções mais ligadas com a cultura, desporto, recreio e lazer.

Existe ainda no P.G.U. um plano de condicionamentos da cidade intramuros, em que as propostas apresentadas tentam compatibilizar a conservação e valorização do património arquitectónico com a melhoria das condições de habitabilidade, muitas vezes tão precárias, e o funcionamento urbano em geral no Centro Histórico. Todas as medidas a serem tomadas na implementação do plano estão sujeitas a condicionantes e regras definidas num regulamento que se integra nas peças escritas do trabalho.

O Plano Director do Concelho de Évora, cujos estudos preliminares se tinham iniciado, como foi referido, em 1978, ficou concluído em 1979 e, após ser sujeito à aprovação pela Câmara e Assembleia Municipais, foi ratificado pelo Governo em 1985.

Após a aprovação do Plano Director (P.D.M.) este passou a constituir um elemento orientador de praticamente toda a actividade municipal tendo em linhas gerais sido cumprido e implementado, pelo menos no zonamento proposto e na ocupação das grandes manchas que nele se definem. No entanto, para que isto seja possível, a Câmara definiu, paralelamente à implementação do plano, uma política de solos que procurava garantir que os terrenos indicados no plano fossem destinados realmente aos fins para eles previstos.

Esta política destinava-se a facultar à Câmara a possibilidade de controlar as transformações do uso e da propriedade do solo, combater a especulação sobre os solos urbanos e dispor de terrenos para a realização dos programas habitacionais a implementar de acordo com o P.D.M..

As principais acções que o Município então desenvolveu neste sentido passaram, não só pela sujeição de algumas áreas (por exemplo na Zona de Expansão Oeste) à situação de terrenos para expropriação sistemática, a fim de se poderem desenvolver programas de habitação previamente definidos, como pela produção e oferta de solo urbanizado onde se encontrem lotes para construção em condições competitivas com os loteamentos clandestinos; aqui possibilitava-se a construção, inicialmente sem grandes exigências regulamentares, desde que cumpridas as normas definidas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) e, numa fase posterior, obrigando a construções sujeitas a projectos tipo. Esta dinamização de loteamentos legais vai surgir, numa primeira fase, sobretudo na Zona de Expansão Norte - Bacelo/Corunheiras.

Outras acções desenvolvidas pela Câmara no âmbito da sua política de solos manifestam-se, por um lado, no combate directo e efectivo ao aparecimento de novos loteamentos ilegais e, por outro, na

dinamização e disciplina dos loteamentos privados legais. Para combater os loteamentos não legais detectados na sua fase inicial, a Câmara apoiou-se, quando necessário, na posse administrativa das propriedades em vias de serem loteadas. Foi o que aconteceu, nomeadamente, em terrenos situados em frente às instalações desportivas do Lusitano (J. CARVALHO, 1991, p.60), onde mais tarde, os loteadores se associaram a uma empresa de construção civil e apresentaram à Câmara um pedido de loteamento que foi aprovado.

A partir de finais da década de 70, com o P.D.M. aprovado e a política de solos a ser implementada, conseguiu-se finalmente sustentar quase completamente os processos de loteamento ilegais, avançando-se num desenvolvimento urbano planeado com base em iniciativas de loteamentos em solos devidamente urbanizados.

Até meados dos anos 80, um dos maiores promotores de construção foi, como se vê no quadro II, o sector público que construiu, sobretudo, na Horta das Figueiras e nos terrenos abrangidos pelo Plano de Expansão da Zona Oeste, mais concretamente na Cruz da Picada, Escurinho e Malagueira, seguido pelas Cooperativas de Habitação, as quais construíram igualmente em espaços pertencentes ao mesmo plano (na Malagueira, Alto dos Cucos e Bairro António Sérgio).

Nota-se aqui uma política de construção em que conjuntamente, a Autarquia, as Cooperativas e o próprio Estado, promoveram vários programas de habitação, que levam à definição de tipologias diferenciadas de bairro para bairro, mas em que dentro de cada um, as habitações estão sujeitas a projectos tipo previamente definidos.

QUADRO II - Nº DE FOGOS CORRESPONDENTES AOS LOTES ATRIBUÍDOS PELA CÂMARA NA CIDADE, DE 1978 A FINAIS DE 1984

		SECTOR PÚBLICO				SECTOR COOPERATIVO	SECTOR PRIVADO			TOTAL
		CÂMARA	FFH	OUTROS	Total		FAMÍL	INDUST	Total	
EXPANSÃO OESTE	Cruz da Picada	-	479 *	-	479	-	-	-	-	479
	Escurinho	-	75	-	75	-	-	-	-	75
	António Sérgio	38	-	-	38	100	29	4	33	171
	Malagueira	-	418	8	426	348	49	3	52	826
	Alto dos Cucos	-	-	-	-	215	-	-	-	215
EXPANSÃO NORTE	Bacelo	-	-	-	-	-	144	2	146	146
	Corunheiras	20	-	-	20	-	116	-	116	136
Horta das Figueiras		224	-	64	288	-	-	112	112	400
Torregela		-	-	-	-	-	39	3	42	42
TOTAL		282	972	72	1326	663	377	124	501	2490
					53%	27%			20%	100%

(*) Estes fogos já tinham sido iniciados antes de 1975

Adaptado de J. CARVALHO (1991, P.73)

Ainda o quadro II mostra que outra área de expansão da habitação no mesmo período foi o sector norte - Bacelo/Corunheiras, que constitui uma das maiores manchas de expansão urbana extramuros.

Trata-se aqui de uma área de construção individual onde, ao contrário do que se passou no sector oeste, as Cooperativas e o Estado têm pouco peso. É uma área de loteamentos particulares, surgidos de

forma espontânea, sem planificação, e posteriormente sujeita a planos de pormenor, onde o sector privado tem tido papel predominante. Inicialmente as construções aqui não estavam sujeitas a regulamentações muito rígidas, o que originou uma certa diversidade nas tipologias das habitações; todavia, nas áreas de construção mais recente, já se exigia cumprimento obrigatório de projecto tipo, o que se verifica, sobretudo, nas Corunheiras. Juntamente com os fogos construídos por particulares existem outros, que foram construídos ao abrigo de um contrato de desenvolvimento de habitação firmado entre a Câmara Municipal, o Instituto Nacional de Habitação e empresas construtoras, também de acordo com projectos-tipo. Estas habitações foram vendidas a preços baixos e entregues através de candidatura apresentada na Câmara.

Paralelamente, desenvolveram-se alguns loteamentos de promoção privada com origem legal, sendo os mais significativos na Quinta da Vista Alegre - 2ª fase e na Zona de Urbanização nº 3.

Relativamente à situação dos bairros "clandestinos" e à sua evolução neste mesmo período, pode se dizer que houve, de facto, a preocupação de recuperar quase todas as áreas, de tal modo que, em meados da década de 80, apenas três daqueles núcleos não possuíam ainda redes de água nem de esgotos, e, apenas para cinco não se tinham elaborado Planos de Pormenor (J. CARVALHO, 1991, p.67).

Assim, pode-se resumir a situação em 1985 dizendo que a cidade crescia de forma ordenada, cumprindo-se o zonamento previsto no Plano Director. Os bairros de origem não legal tinham sido, a pouco e pouco, dotados de água canalizada, rede de esgotos, electricidade e Planos de Pormenor, encontrando-se agora legalmente integrados na Área Urbana de Évora. Por outro lado, existiam solos urbanizados, disponíveis a qualquer momento, para a construção de cerca de 1300 fogos (J. CARVALHO, 1991, p.82).

No que se refere a loteamentos para actividades industriais, a Câmara cedeu alguns lotes nas zonas industriais da Horta das Figueiras e de Almeirim, destinados sobretudo à instalação de pequenas indústrias e armazéns. Entretanto, prosseguiram as obras no Parque Industrial estando aí já alguns pavilhões construídos e outros em fase adiantada e as infra-estruturas concluídas em cerca de 30% da área, em meados da década de 80. Apesar disto, não houve resposta suficiente por parte de empresas industriais, quer em resultado do reduzido dinamismo do sector industrial, quer porque as condições proporcionadas não têm sido consideradas suficientemente atractivas.

Na segunda metade da década de 80, a Câmara elaborou um Plano Quadrienal onde definiu os principais objectivos da política autárquica entre 1986 e 1989. No que respeita ao crescimento da cidade e estruturação urbana estes objectivos prendiam-se essencialmente com a articulação de todos os bairros entre si, ligando-os ao Centro Histórico e a continuação da oferta de lotes urbanizados dinamizando, ao mesmo tempo, a construção de habitação.

As principais áreas de expansão urbana continuam a ser a Zona Norte (bairros do Granito, Bacelo e Corunheiras, que formam uma mancha quase contínua), a Zona Oeste, onde a Malagueira continua a expandir-se fazendo a ligação entre os bairros de Santa Maria, Cruz da Picada, Escurinho e Fontanas, e ainda as urbanizações ao longo da Estrada das Alcáçovas (sobretudo na Vila Lusitano, Torregela e Casinha).

Entre os vários promotores de construção que intervêm no crescimento urbano continuam a ter, neste período, um peso muito importante as Cooperativas de Habitação que se mantém a actuar, sobretudo, na Zona Oeste (Malagueira e Alto dos Cucos) construindo aqui 615 fogos (veja se quadro III).

Grande importância teve também aqui a construção de fogos por promoção directa do Estado já que este concluiu, neste período, 418 habitações na Malagueira e 40 na Horta das Figueiras. Note-se no entanto, que estas construções tinham sido iniciadas, alguns anos atrás, pelo extinto Fundo Fomento da Habitação, mas após uma longa paralisação, só no final da década foram concluídas.

Na Zona Norte (Bacelo/Corunheiras) são os Programas de Contrato de Desenvolvimento, estabelecidos entre o Estado, a Câmara e empresas construtoras, que continuam com um papel importante na promoção de habitação já que, através deles, se concluíram mais de 150 fogos entre 1986 e 1989.

QUADRO III - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO: 1986-1989

	NÚMERO DE FOGOS CONSTRUÍDOS E/OU CONCLUÍDOS	%	LOCAIS
ESTADO	{ 418 (a) 40 (b)	17	Malagueira Horta das Figueiras
CÂMARA/ESTADO/INDUSTRIAIS - CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO	112 46	6	Corunheiras Bacelo/Corunheiras
COOPERATIVAS	615	22	Malagueira e Alto dos Cucos
URBANIZAÇÕES PARTICULARES	1500	55	
TOTAL	2731	100	

(a) Conclusão após 8 anos de paralisação

(b) Obra interrompida durante mais de 6 anos

Adaptado de: CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (1989), Boletim Municipal n.º 35, p. 4.

As urbanizações particulares tendem a assumir crescente importância na promoção habitacional, do que é exemplo o desenvolvimento, no final da década de 80, das urbanizações do Ferragial da Nora e da Vila Lusitano. Por iniciativa privada continua a construir-se também nos antigos bairros "clandestinos", agora recuperados e dotados com planos de pormenor, ocupando os inúmeros lotes disponíveis para construção. Trata-se, quase sempre, de lotes isolados, não integrados em loteamentos sujeitos a projecto tipo, que têm ocorrido sobretudo na Zona Norte (bairros do Granito, Bacelo e Corunheiras) e nas urbanizações junto à Estrada das Alcáçovas (bairros da Torregela e da Casinha) conduzindo, assim, à densificação e crescimento daqueles bairros (fig. 3).

Na década de 90 verifica-se, sobretudo, a continuação das urbanizações em curso. Desenvolveram-se novos loteamentos de iniciativa privada, alguns dos quais surgidos ainda nos finais dos anos 80; de entre eles destacam-se o da Quinta dos Álamos (que compreende um conjunto de 450 lotes), o da Urbanização da Muralha, à Praça de Touros (composto por 150 fogos, uma unidade hoteleira e nove espaços destinados a comércio e serviços), a Vila Académica, junto ao Alto dos Cucos (que integra 63 fogos variando de um a três pisos e oito espaços comerciais), o loteamento da Torralva (constituído por habitações e comércio ocupando estes os pisos inferiores) e, próximo deste, a urbanização Vilas Cartuxa, um conjunto de blocos habitacionais com 94 fogos.



Fig. 3 - Evolução da expansão urbana extramuros nos últimos 50 anos

Adaptado de: Plano Director de Évora, relat. n.º 6 (1978/79), C.M.E.
 Completado a partir de levantamentos de campo.

Mais recentemente surgiram novas urbanizações de promoção privada como é o caso da Quinta do Estoril e da Quinta do Rosário (o primeiro condomínio privado em Évora, com 78 fogos).

Paralelamente, novos programas habitacionais da responsabilidade das quatro Cooperativas de Habitação eborenses⁹ foram implementados e outros encontram-se em projecto. Depois de um período de concentração dos programas cooperativos na zona oeste da cidade (com destaque para a Malagueira e Alto dos Cucos), estes abrangeram novas áreas, como a expansão do loteamento da Torralva (76 fogos da cooperativa CHC), o loteamento contíguo ao Bairro da Casinha, a urbanização do Moinho e, mais recentemente, novas expansões junto ao Bairro de Almeirim.

Saliente-se a propósito que em Évora tem tido um peso fundamental na promoção de habitação o sector cooperativo que, durante a década de 80, construiu, na cidade, cerca de 900 fogos (C.M.E., 1992, Boletim Municipal nº 40, p.5), tendo actualmente várias iniciativas em curso, como já se referiu.

Entretanto, novos programas habitacionais realizados ao abrigo de Contratos de Desenvolvimento têm sido dinamizados tendo em vista a promoção de habitações de baixos custos nos bairros das Corunheiras e do Granito.

A partir de 1987 gera-se um certo dinamismo no sentido da instalação de novas unidades industriais em Évora; estando o Parque Industrial, na altura, numa situação de grande indefinição decorrente da extinção da Empresa Pública de Parques Industriais, em 1986, a Câmara infra-estruturou duas novas zonas industriais, na Horta das Figueiras e no Bairro de Almeirim, promovendo aí a disponibilização de lotes urbanizados.

Simultaneamente, uma vez que o Parque Industrial já dispunha de infra-estruturas construídas, as quais se encontravam sub-aproveitadas, a Câmara envolveu-se num processo de aquisição do Parque, o que se veio a concretizar em 1991. Com esta medida, pretendia-se contribuir para a revitalização do Parque Industrial e a conseqüente atracção de novas unidades industriais. A Câmara pretendia transformar aquele espaço no Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITE), vocacionado principalmente para indústrias transformadoras, não poluentes, preferencialmente utilizadoras de tecnologias avançadas.

Em 1991 iniciaram-se as obras da variante ao Parque Industrial, nova via de acesso àquele espaço, que, conjuntamente com outras iniciativas, tinha por objectivo contribuir para o seu desenvolvimento e inverter o processo de lenta evolução, responsável por uma taxa de utilização, em 1992, de 40% da área infra-estruturada. De resto, a construção da referida variante, a qual foi inaugurada em Novembro de 1993, constitui um dos exemplos mais significativos da importância crescente que no processo de planeamento urbano das últimas décadas foi atribuída à melhoria das condições de acessibilidade.

Foi aliás para beneficiar de boas condições de acessibilidade (mas também de espaços amplos) que o Mercado Abastecedor viria a ser construído junto à referida variante, no ramo que faz a ligação à estrada de Beja.

Sendo, como anteriormente se viu, o processo de planeamento um factor determinante nas políticas de desenvolvimento urbano das últimas décadas, é compreensível a decisão da autarquia de reforçar esse processo, actualizando e ajustando os instrumentos de planificação existentes e introduzindo outros baseados em novos conceitos e metodologias que a evolução sócio económica impõe.

⁹ *Cooperativa Boa Vontade, Cooperativa Giraldo Sem Pavor, Cooperativa Habitêvora e Cooperativa CHC.*

Esta dupla vertente do reforço do processo de planeamento traduz-se fundamentalmente por duas medidas que, embora formalmente diferenciadas, se encontram inevitavelmente articuladas: a revisão do Plano de Urbanização e a elaboração do Plano Estratégico da Cidade de Évora.

No que respeita ao Plano Estratégico, e tendo em conta o seu carácter de referencial do desenvolvimento global da cidade (e da área onde esta se insere), refira-se que ele já está concluído e em implementação, salientando-se que, também a este nível, Évora assume papel pioneiro entre as cidades portuguesas.

Relativamente à revisão do Plano de Urbanização, que teve em 1995 o primeiro impulso significativo, recolhendo, de resto, algumas orientações de consolidação das linhas fundamentais do Plano Estratégico, importa salientar alguns dos seus aspectos mais relevantes.

Tendo em conta que, ao longo do último quartel do século XX, ocorreram sensíveis alterações quer na estrutura física da cidade, quer na composição e organização das funções urbanas, a revisão do Plano de Urbanização mais do que um procedimento determinado pelo cumprimento do prazo de vigência do plano actual, deveria assumir grande importância para a condução das opções estruturantes do desenvolvimento urbano.

Baseada numa análise e diagnóstico relativamente pormenorizados (sistemizados num conjunto de treze volumes sectoriais), a formulação dos objectivos visados com a revisão do Plano de Urbanização, apoiada por orientações contidas no Plano Estratégico, determinou como objectivos fundamentais (segundo o documento da C.M.E. "Plano de Urbanização de Évora", de Junho de 1995, p.18):

1. Globalizar e estruturar a cidade, atenuando a descontinuidade urbanística e vivencial entre o Centro Histórico e a cidade extramuros e definindo para esta uma estrutura urbanística e funcional mais consolidada, assente no estabelecimento de uma rede viária principal e de uma estrutura verde urbana, no preenchimento dos espaços vazios e na criação de novas centralidades;
2. Revitalizar, criar e valorizar o património edificado, prosseguindo o processo de recuperação e revitalização do Centro Histórico (que deverá continuar como centro vital da cidade, sem retirar peso à função residencial), integrando as muralhas na vivência urbana e tornando o conceito de área histórica extensivo à sua envolvente exterior e à zona do Aqueduto / Forte de Stº António.
3. Dotar a cidade de bom nível de serviços, por forma a que ela disponha de um conjunto de equipamentos de grau superior (que viabilizem a realização de importantes iniciativas de natureza social, cultural ou económica) e a dotá-la de melhores condições ambientais e de circulação.
4. Animar a acção urbanística municipal, através do relançamento da política autárquica de solos (tendo em vista o incremento da produção de solo urbanizado para habitação, indústria e outras actividades económicas), da rentabilização de investimentos e da orientação do crescimento da cidade no sentido da valorização do espaço público.

Tendo como referência os objectivos apontados, a revisão do Plano de Urbanização, através da qual se pretendia orientar o crescimento da cidade até ao ano 2005 assentava num conjunto de opções estruturantes, de entre as quais se salientam:

- Previsão de expansão da área urbanizada ou urbanizável em mais 526 ha, a afectar aos diferentes tipos de uso;
- Estruturação e consolidação da área urbana a partir da rede viária principal (mantendo e reforçando a estrutura radioconcêntrica) e de uma estrutura ecológica (apoiada em corredores ecológicos que integrarão a rede de espaços verdes públicos) privilegiando o preenchimento dos espaços vazios e o estabelecimento de continuidades urbanas;
- Definição como área preferencial de expansão urbana do espaço situado a norte do Centro Histórico, entre este e o conjunto Granito / Bacelo / Pites / Frei Aleixo.
- Continuação do processo de recuperação e revitalização do Centro Histórico, assumindo crucial importância a resolução dos problemas de circulação e estacionamento e a manutenção da função residencial;
- Adopção, como medida complementar da anterior, de procedimentos tendentes à maior integração das muralhas (e da sua envolvente) na vivência da cidade;
- Atribuição de particular atenção às entradas na cidade, nomeadamente pelas estradas de Beja e de Lisboa e pela nova via de acesso a partir de Estremoz (integrando e estruturando a área de expansão urbana prevista para o espaço localizado a norte do Centro Histórico) e, ainda, ao eixo Piscinas / Malagueira.

Marcada, sobretudo, pela continuidade e não pela introdução de grandes rupturas com a prática urbanística anterior, a revisão do Plano de Urbanização deveria decorrer um conjunto de orientações importantes na condução do desenvolvimento urbano no final do século XX e início do século XXI.

A revisão do Plano de Urbanização foi concluída com a publicação no Diário da República de 28/3/2000, tendo o P.U. entrado em vigor. Todavia, com a alteração da política autárquica ocorrida em 2001/2002, a aplicação do plano foi limitada.

4. IMPORTÂNCIA DA CIDADE NA REDE URBANA DO SUL DO PAÍS

A cidade de Évora ocupa actualmente um lugar destacado na hierarquia da rede urbana do Alentejo e mesmo de todo o Sul do País; esse destaque poderia fazer-se sentir já aquando da fundação da nacionalidade e, segundo alguns autores, a cidade poderia considerar-se, no século XV, como a segunda mais importante do reino, depois de Lisboa (A. C. LOBO, 1903, p.132).

No estudo "A Área de Influência de Évora", J. GASPAR (1972) apresenta um conjunto de indicadores, sobretudo de natureza económica, sócio profissional e administrativa, que testemunham o posicionamento de Évora no topo da hierarquia urbana regional desde, pelo menos, finais do século XIII, data a que se reportam os primeiros elementos quantitativos disponíveis. Todavia, o objectivo essencial do referido estudo consistia na identificação da área de influência de Évora e na análise do seu sistema de funções e lugares centrais. Como aquela apenas pontualmente ultrapassa o limite administrativo correspondente ao distrito, são muito esporádicas as referências às outras cidades importantes do Sul do País (Santarém, Portalegre, Elvas, Beja) e à posição ocupada, na década de 70, por Évora na estrutura urbana por elas formada.

Ainda assim, torna-se perceptível que, embora sem uma correspondente articulação funcional, Évora ocupava um nível urbano superior ao dos referidos centros. A tal facto não é, certamente, alheia a sua maior dimensão demográfica (em 1970, 25000 habitantes face a 15000 em Beja e pouco mais de 10000 em Portalegre e Elvas), mas também a maior importância como centro de serviços e sede de estruturas administrativas conferia (e reconhecia) um relativo destaque a Évora na estrutura urbana regional.

Entretanto, o estudo em referência apontava algumas tendências de evolução do sistema de lugares centrais de Évora e da posição ocupada por esta cidade na organização da rede urbana regional, (nomeadamente as decorrentes da evolução demográfica, do previsível incremento da industrialização e da evolução dos transportes). Outras, só muito recentemente têm vindo a ganhar consistência, como é o caso da afirmação de Évora como centro universitário e cultural e do reforço do turismo como actividade económica relevante.

É, pois, a conjugação e valorização relativa de diversos factores que conduziu à posição actualmente ocupada por Évora na estrutura urbana regional. São os traços essenciais desse posicionamento e as perspectivas de evolução que se configuram que seguidamente se pretende abordar.

Em termos gerais, pode considerar-se que, ao longo das últimas décadas a posição de Évora na rede urbana regional tem sido influenciada por diversos factores (às vezes contraditórios). Relativamente àqueles que são considerados mais importantes salientam-se:

- a) O reforço da atracção da cidade sobre a área envolvente, o qual se traduz, em situação extrema, pela deslocação de populações rurais para a área urbana, que registou expansão significativa. Apesar de outras localidades da área de influência de Évora terem, em resultado de algum dinamismo da base económica e da melhoria dos níveis de acessibilidade, reforçado o seu papel como centros urbanos secundários (um bom exemplo é o proporcionado por Montemor o Novo, cujo crescimento justificou, inclusivamente, a proposta da sua elevação à categoria de cidade, concretizada em Abril de 1988), o distanciamento relativo a Évora não se atenuou: pelo contrário, o crescimento demográfico, a dotação com novos serviços e equipamentos (Universidade, Tribunal da Relação, aumento de valências no Hospital Distrital,

modernização do sector comercial, etc.) e a intensificação da instalação em Évora de diversos serviços administrativos contribuíram para reforçar a capacidade atractiva da cidade sobre as populações que a ela recorrem.

A este reforço não corresponde, no entanto, o alargamento da área de influência, pois é nos concelhos mais próximos que ele se faz sentir mais significativamente. Assim, em algumas freguesias adjacentes à área de influência, a atracção das outras capitais de distrito (Portalegre, Setúbal e Beja) continua a pôr em causa a dependência de Évora, pois esta cidade, mesmo tendo melhorado as condições de acessibilidade, não apresenta um poder atractivo que supere as menores distâncias e os vínculos administrativos.

- b) A progressiva atracção de Lisboa sobre Évora e a sua área de influência, em resultado da melhoria das condições de acessibilidade, da maior divulgação dos factores que geram aquela atracção e da banalização das deslocações à capital.

De facto, a acessibilidade a Lisboa tem conhecido uma importante melhoria, quer em resultado da beneficiação das infra-estruturas rodoviárias (com destaque para a construção da auto estrada), quer através da oferta quantitativa e qualitativamente superior dos transportes públicos. Torna-se, assim, mais fácil efectuar deslocações a Lisboa para aquisição de bens e serviços que em Évora também poderão ser encontrados, mas num enquadramento geral de oferta muito mais limitada.

Por outro lado, alguma melhoria das condições económicas e a pressão exercida através dos meios de comunicação social, com destaque para a televisão, contribuem para incentivar as deslocações a Lisboa, conferindo-lhe, em geral, uma justificação baseada em objectivos múltiplos. Um bom exemplo é fornecido pela atracção exercida pelas grandes superfícies comerciais, inexistentes em todo o Alentejo e que suscitam deslocações dificilmente justificadas por razões de ordem económico financeira; embora atenuada, essa atracção não foi totalmente eliminada pela criação de alguns estabelecimentos de média dimensão.

De registar, também, a alteração da atitude perante a deslocação à "grande capital" que, no contexto acima referido, foi perdendo o carácter de excepção para passar a ser encarada como rotineira e banal. Assim, as deslocações a Lisboa, implicando viagens que podem rondar os 150 km, tendem a ser hoje encaradas como o eram, décadas atrás, as deslocações a Évora, em percursos com um terço da extensão.

- c) A tendência para a desconcentração de serviços da administração central que leva a que Évora seja escolhida para instalação de delegações regionais, cobrindo o Alentejo ou mesmo todo o Sul do País.

Um primeiro passo nesse sentido havia sido dado com a criação da Região - Plano do Sul e a instalação da respectiva Comissão de Planeamento em Évora. Progressivamente, foram sediados na cidade diversos serviços regionais da administração central, por vezes com áreas de intervenção não coincidentes entre si nem com a da Região - Plano, entretanto alterada e sub-dividida nas Regiões Alentejo e Algarve. Mais recentemente, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, actualmente União Europeia, as áreas de intervenção das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional têm vindo a constituir uma

referência importante na aplicação dos Programas de Desenvolvimento Regional, apoiados pelos fundos comunitários; este facto tem contribuído para que Évora, sede da Região do Alentejo, veja reforçada a tendência que aponta para a sua afirmação como centro administrativo importante.

Note-se, no entanto, que a importância administrativa de Évora tem sofrido contestação por parte dos defensores de interesses algarvios, que têm conseguido criar em Faro estruturas administrativas equivalentes às instaladas em Évora e, em certos casos, advogam mesmo a inversão do posicionamento das duas cidades na hierarquia da organização administrativa.

- d) A progressiva importância cultural de Évora, decorrente, nomeadamente, da restauração da Universidade, da criação do Centro Cultural (actualmente CENDREV) e da classificação, pela UNESCO, como cidade Património Mundial; como consequência, verifica-se não apenas um acréscimo do fluxo de visitantes, mas também uma alteração das estruturas e mentalidades, factores que contribuem para reforçar a posição da cidade na hierarquia urbana regional.

A restauração da Universidade de Évora, em 1973, e a sua progressiva expansão, têm contribuído para o crescimento demográfico da cidade (embora predominantemente flutuante, a população estudantil universitária, que ronda os 6000 alunos, assume um peso significativo na estrutura demográfica) e para a intensificação da vida cultural que, em resultado também da acção do Centro Cultural de Évora, criado em 1975, e de medidas da autarquia, pode considerar-se superior à de outras cidades de escalão urbano equivalente.

Depois da classificação, em 1986, como cidade Património Mundial, tem aumentado o número de visitantes e tem-se alargado o conhecimento do valor cultural e patrimonial da cidade. A este nível, volta a destacar-se a vertente de dinamização cultural apoiada pela Universidade, através da promoção de concertos, colóquios e conferências e da criação de cursos ligados aos aspectos artísticos. Desta forma, o desenvolvimento da cidade como pólo cultural constitui um dos factores que reforçam a sua importância na estrutura urbana regional.

Por outro lado, e em estreita articulação com os aspectos atrás referidos, importa destacar a crescente opção por Évora para a realização de congressos, seminários e outras acções de cariz sócio profissional, muito embora a cidade apresente, ainda, grande carência de infra-estruturas apropriadas, como exemplifica a inexistência de um Centro de Congressos (situação que a entrada em funcionamento em 2007 do espaço multifuncional Arena de Évora pode atenuar, mas não resolve).

Para além de Évora ser sede de estruturas regionalizadas de diversos serviços da Administração Pública (Agricultura, Ambiente, Administração do Território, Educação, Indústria e Energia, etc.), a importância administrativa da cidade é também demonstrada pelo facto de centralizar diversos serviços cuja área de intervenção se estende a quase todo o Sul do País; é o caso do Distrito Judicial (Tribunal da Relação) e da Região Militar (as Regiões Militares foram extintas em 2006). Na figura 4 são apresentados quatro exemplos desse papel destacado na estrutura administrativa nacional, pois para além de em Évora estarem sediadas estruturas regionais cuja ocorrência se limita aos centros urbanos mais importantes, a área de actuação desses serviços é bastante extensa.

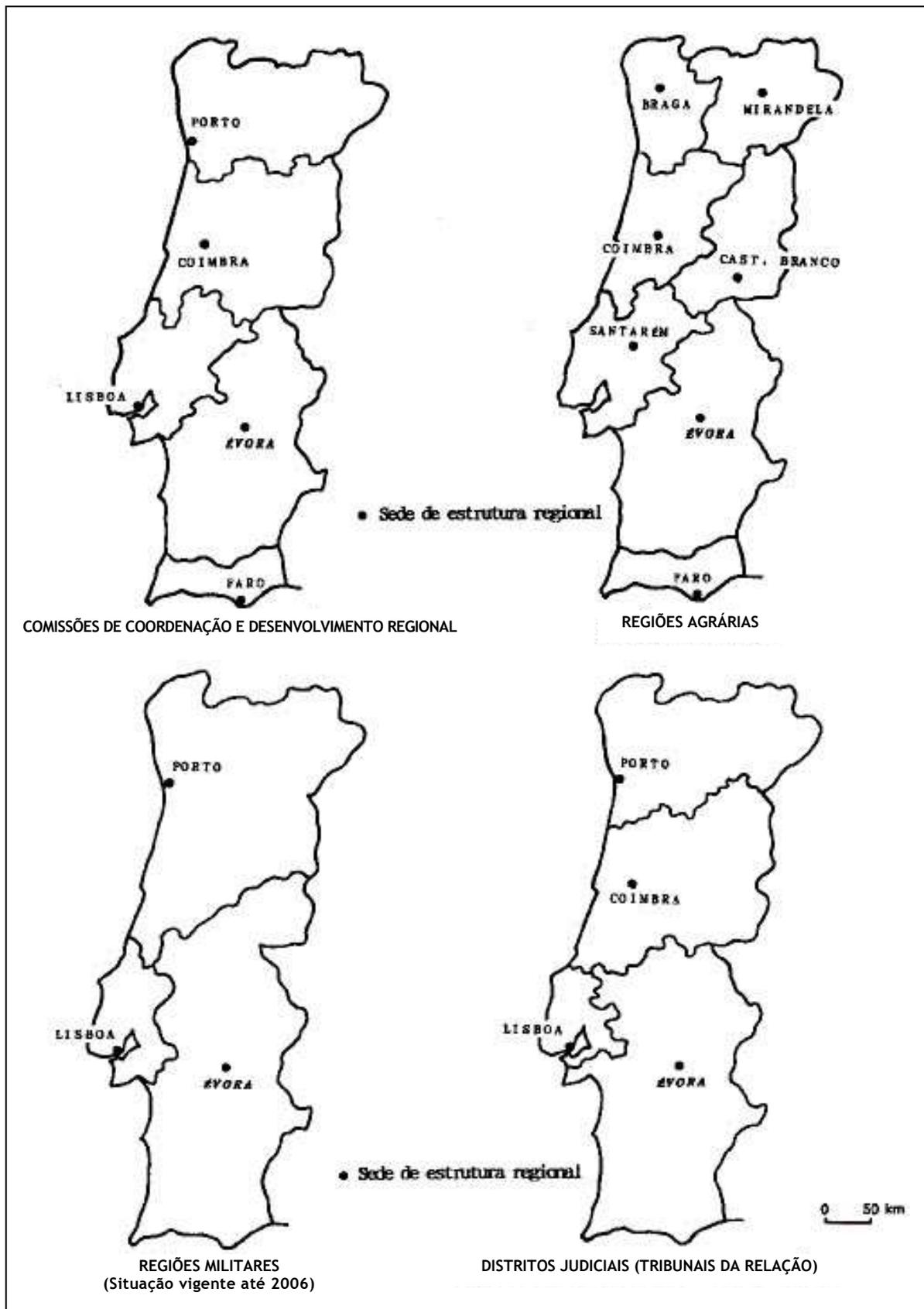


Fig. 4 - Exemplos da importância de Évora na organização administrativa nacional

Estabelecendo um pouco a ligação com as áreas de intervenção onde se sobrepõem lógicas de funcionamento comandadas pela iniciativa privada, merece referência a entrada em funcionamento (em 1998) do MARE - Mercado Abastecedor da Região de Évora. Com efeito, os grandes mercados abastecedores são encarados como modernos centros de distribuição e logística e importantes infra-estruturas para a modernização da produção e do comércio e, nesta perspectiva, a sua implantação é apoiada pelo sector público. O facto de em Évora ser instalado um dos cinco mercados abastecedores a criar no País (os restantes localizam-se em Braga, Coimbra, Lisboa e Faro) constitui mais um testemunho da importância da cidade no sistema urbano nacional.

Desta forma, e considerando a globalidade dos factores analisados, dificilmente pode ser posta em causa a posição preponderante de Évora na estrutura urbana do Sul do País.

Como aspecto final na abordagem da importância de Évora na rede urbana regional, salientam-se alguns dos factores que poderão ter repercussões sobre a influência regional da cidade. Estes factores não têm, naturalmente, idêntico peso nem surgem ao mesmo nível de concretização.

Assim, enquanto alguns decorrem de decisões já tomadas, mas cujos efeitos ainda não são conhecidos, outros correspondem a decisões que se perspectivam a médio prazo.

De entre estes, merece referência, pelo seu reflexo sobre a organização urbana da Região (e do País), o processo de Regionalização, que, apesar de ter visto rejeitado o modelo submetido a referendo, não foi definitivamente abandonado; com efeito, mesmo as forças políticas que rejeitaram o modelo de regionalização referendado propunham soluções alternativas de desconcentração da administração pública, mas esta solução só muito limitadamente tem sido aplicada, sendo mesmo de admitir que o processo de regionalização / desconcentração venha a ser retomado.

Em todo o caso é previsível o reforço dos centros urbanos mais importantes em cada Região e o fortalecimento das relações de dependência existentes. Évora reúne, claramente, condições para desempenhar as funções de principal centro urbano do Alentejo¹⁰, e mesmo que este território viesse a ser dividido (hipótese que tem sido formulada), a cidade deverá ver reforçada a sua posição na hierarquia urbana. No entanto, a influência que, em algumas estruturas administrativas, ela exerce sobre todo o Sul do País deixará de acontecer, pois parece ponto assente a criação da Região do Algarve, tendo Faro como capital.

Também o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, que terá reflexos em diversos sectores (agrícola, turístico, energético, entre outros) não está ainda totalmente concluído, mas espera-se que da concretização de todo o projecto possa resultar um reforço da importância de Évora; de facto, com a entrada em funcionamento do empreendimento, a cidade deverá dar resposta a novas exigências nomeadamente em matéria de acessibilidades, formação profissional e apoio técnico.

Uma outra realidade susceptível de reforçar o peso de Évora na estrutura urbana decorre do reforço da identidade político-económica do Espaço Europeu; com a abolição das fronteiras, a localização privilegiada da cidade, no eixo que liga Lisboa a Madrid (e em que Badajoz é ponto importante) pode, finalmente, traduzir-se na valorização da opção por Évora para a realização de novos investimentos e para o fortalecimento da base económica.

¹⁰ *Em resultado do seu peso demográfico, da localização geográfica central, da importância administrativa, do relativo desenvolvimento da base económica, do valor histórico e cultural, etc.*

Em estreita articulação com o aspecto atrás referido, a acessibilidade proporcionada pela auto estrada Lisboa - Madrid, servindo Évora, pode induzir a instalação de indústrias e serviços e, conseqüentemente, reforçar a base económica que suporta e exige um centro urbano mais desenvolvido e melhor equipado. A melhoria de ligações que aquela importante infra-estrutura rodoviária proporciona tende a reforçar o papel do principal centro urbano do Alentejo como alternativa à localização, em áreas congestionadas, de unidades industriais, de equipamentos ou serviços que, sem ficarem longe dos grandes centros de decisão, podem beneficiar de melhores condições de instalação e expansão.

Na mesma lógica se insere a melhoria da ligação ferroviária a Lisboa, parcialmente concretizada em 2007. Embora num horizonte ainda relativamente longínquo, a construção da linha de Alta Velocidade, que servirá Évora, reforçará também esta tendência.

No entanto, da melhoria das condições de acessibilidade pode igualmente resultar uma maior dependência relativamente aos grandes centros urbanos, sobretudo de Lisboa, e, eventualmente, e com a progressiva atenuação do efeito de fronteira, também de Badajoz. De resto, foi já referida a crescente atracção que Lisboa exerce sobre alguns concelhos anteriormente mais dependentes de Évora e, mesmo, sobre esta cidade, sendo de admitir que a entrada em funcionamento da auto-estrada tenha contribuído para reforçar essa tendência.

De forma bastante mais limitada que a auto-estrada, também a melhoria do aeródromo, que gradualmente tem vindo a ser efectuada e que deverá continuar, poderá contribuir para facilitar a opção por Évora para a realização de actividades e a implementação de empreendimentos que contribuam para fortalecer a posição destacada da cidade na hierarquia urbana regional. O reflexo da beneficiação do aeródromo será tanto maior quanto mais peso tiverem as actividades dependentes ou geradoras de ligações rápidas com os grandes centros de decisão.

Contrariando a tendência para melhoria das acessibilidades, quer dos centros mais pequenos em relação a Évora, quer desta em relação à Área Metropolitana de Lisboa, o sistema ferroviário regional foi praticamente desactivado. Para isso contribuiu o encerramento dos ramais ferroviários (inicialmente compensado com a introdução de transportes rodoviários alternativos), bem como a sucessiva falta de investimento na infra-estrutura e no material circulante. Desta situação resulta uma relativa redução da acessibilidade a Évora, com a conseqüente perda de importância atractiva desta cidade e o recurso a outros centros.

As conseqüências desta evolução são todavia limitadas, já que não se reflectem nas relações com os centros regionais mais importantes (Beja, Portalegre, Elvas e Sines), por, nas ligações entre aqueles e Évora, a ferrovia nunca ter assumido papel destacado.

De referir ainda quanto às perspectivas de fortalecimento do peso de Évora na estrutura urbana regional, a decisão da autarquia de adquirir o Parque Industrial, concretizada em 1991; de facto, esta infra-estrutura, criada em 1976, não cumpria os objectivos para que foi projectada, pois o seu contributo para o desenvolvimento industrial da cidade era reduzido. Na sequência dos investimentos efectuados a situação melhorou um pouco, mas sem alcançar a dinâmica desejável. Para reforçar as potencialidades do PITE como infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento económico, está em curso a sua expansão, esperando-se que finalmente proporcione um importante apoio para a instalação em Évora de unidades industriais e centros tecnológicos, constituindo um definitivo impulso para o seu desenvolvimento industrial. Desta forma, estariam reunidas condições para que do reforço da base económica da cidade resulte um maior destaque da sua posição na hierarquia urbana regional.

Para finalizar, refira-se que, face ao que anteriormente foi dito, a cidade de Évora, embora sofrendo a influência de diversos factores com reflexos por vezes opostos, tende a reforçar a sua posição destacada na rede urbana do Alentejo e mesmo do Sul do País. Assim, apesar de uma relativamente lenta evolução das condições económicas, sociais e políticas, considera-se que Évora pode ocupar, efectivamente, um papel de relevo na estrutura urbana do País e desempenhar funções como pólo regional de suporte e apoio ao desenvolvimento sócio económico de uma importante parcela do território nacional.

5. CONCLUSÃO

Com a sistematização apresentada pretendeu-se contribuir para um melhor conhecimento acerca da evolução da estrutura urbana da cidade de Évora ao longo do século XX e no início do século actual.

Separando a evolução registada na cidade intramuros da expansão urbana extramuros, cujo início ocorreu, de resto, no final do século XIX, é possível verificar que, relativamente ao primeiro sector urbano, correspondente ao actual Centro Histórico, não se pode falar em crescimento urbano, já que são bastante escassas as situações em que novas construções surgem dissociadas de processos de renovação urbana.

Por outro lado, não é possível abordar a problemática da estrutura urbana do Centro Histórico de Évora sem atender à importância de que se revestiu a sua classificação pela UNESCO, em 1986, como Património Mundial; esta, se representou para a população e para a autarquia motivo de orgulho e satisfação, implicou também o reconhecimento de uma maior responsabilidade face à necessidade de manter e revitalizar todo o núcleo antigo.

Encontrando-se preenchida quase na totalidade a malha urbana da cidade intramuros, só no final do século XIX se iniciou a expansão para além da Cerca Nova, pelo que praticamente toda a expansão urbana extramuros teve lugar durante o século XX, embora os ritmos de construção, a natureza do processo construtivo e o enquadramento nas estratégias de desenvolvimento municipal apresentem significativa variação ao longo das décadas.

De facto, o crescimento da área urbana extramuros foi muito lento até 1940 e é a partir desta data que decorre o primeiro período importante de expansão, surgindo então, numa fase inicial, diversos núcleos habitacionais que cresceram de forma desordenada, uma vez que só em meados da década de 40 surgiu o primeiro Plano de Urbanização esboçando regras e limitações para o crescimento da cidade.

Todavia, apenas no final da década de 70, com a elaboração do Plano Director, o município passou a dispor de um documento global de enquadramento das intervenções urbanísticas, correspondendo a um novo período importante da expansão urbana.

Perante a evolução registada, considera-se que se algum factor pode ser apresentado como marcante do processo de crescimento e desenvolvimento da cidade, esse factor é, inegavelmente, a importância atribuída ao planeamento urbanístico e ao planeamento municipal na globalidade.

Como é compreensível, ainda que os primeiros planos tenham sido elaborados há mais de 60 anos (o primeiro Plano de Urbanização de Évora foi elaborado por Etienne de Gröer em 1942) foi sem dúvida

nos últimos 30 anos que a prática do planeamento municipal se consolidou, para o que assumiu forte contributo a elaboração do Plano Director (concluído em 1979, mas ratificado apenas em 1985), inovador e pioneiro a nível nacional.

Mais recentemente, o papel preponderante que o planeamento representa para o desenvolvimento e crescimento ordenado da cidade está na base da elaboração do Plano Estratégico, da revisão do Plano de Urbanização (que culminou, após um processo relativamente prolongado, com a ratificação do P.U. em Março de 2000) e da revisão do Plano Director, em fase de ultimização e que deverá regulamentar as intervenções no território municipal não abrangido pelo Plano de Urbanização.

Aliada ao carácter de certo modo exemplificativo do padrão de evolução de uma cidade média portuguesa, Évora evidencia uma posição destacada no sistema urbano do Sul e mesmo de todo o País. Para isso contribuem factores como o seu peso demográfico (actualmente a cidade tem cerca de 45000 habitantes), a localização geográfica central e bem complementada por boas acessibilidades, a importância administrativa, o valor histórico e cultural e o relativo desenvolvimento da base económica (se vista numa perspectiva regional, já que, em termos nacionais, sobressai uma evidente debilidade, que é, de resto, um dos factores mais limitativos do desenvolvimento da cidade).

Desta forma, considera-se que Évora pode ocupar um papel de relevo na estrutura urbana nacional e desempenhar funções como pólo regional de suporte e apoio ao desenvolvimento sócio económico de uma das parcelas do território nacional que, a este nível, maiores limitações evidencia.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, R. (1983) - "Centro Histórico de Évora - Um Caminho Ambicioso", Cadernos Municipais, nº 23, Lisboa, pp. 30-40.
- BAPTISTA, A. (1995) - "Rede Urbana Nacional: Problemas, Dinâmicas, Perspectivas", *in* Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, pp. 19-41.
- BOUINOT, J. e BERMILS, B. (1995) - *La Gestion Stratégique des Villes*, Armand Colin Éditeur, Paris.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (1978/1979) - Plano Director de Évora, Relatórios nºs 6, 7, 9, 28 e 29.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (1980-a) - Plano Geral de Urbanização de Évora, vol III.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (1980-b) - Plano de Circulação e.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (1989-1995) - Boletins Municipais.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (1990) - Évora - Cem Anos de Estórias, roteiro de uma exposição.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (1995) - Plano de Urbanização de Évora, polic.
- CARVALHO, J. (1991) - Évora, Administração Urbanística, Câmara Municipal de Évora.
- FERRÃO, J. (1995-a) - "Cidades Médias: Superar a Tirania da Dimensão" *in* As Cidades Médias e o Ordenamento do Território, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, pp. 11-17.
- FERRÃO, J. (1997) - "Rede Urbana, Instrumento de Equidade, Coesão e Desenvolvimento?", comunicação apresentada no Colóquio "A Política das Cidades", realizado em Fevereiro de 1997 em Lisboa, pp. 1-21, polic..
- GABINETE DA CIDADE (1994) - Uma Estratégia para a Cidade de Évora, Évora, polic..
- GASPAR, J. (1972) - A Área de Influência de Évora - Sistemas de Funções e Lugares Centrais, C.E.G., Lisboa.
- GRÖER, E. (1942) - Plano de Urbanização para a Cidade de Évora, Câmara Municipal de Évora, polic..
- LOBO, A. C. (1903) - História da Sociedade em Portugal no Século XV, Imprensa Nacional, Lisboa.
- MARCHAND, F. (1981-a) - "Évora, a Preservação do Património", Poder Local, Lisboa, nº 25, pp. 56-60.
- MARCHAND, F. (1981-b) - "A Recuperação do Centro Histórico de Évora", Poder Local, nº 28, Lisboa, pp. 34-38.
- MONIZ, M. (1984) - A Praça do Giraldo, Gráfica Eborense, Évora.
- OA - SISMET (1981-1982) - Estudo Metodológico de Recuperação do Centro Histórico de Évora, Lisboa, polic..
- S.E.A.L.O.T. (1995) - As Cidades Médias Portuguesas, vol. I, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
- SILVA, C. *et al.* (1969) - Plano de Urbanização para a Cidade de Évora, Câmara Municipal de Évora, polic..
- SIMPLÍCIO, D. (1991) - O Espaço Urbano de Évora - Contributo para melhor conhecimento do sector intramuros, Universidade de Évora.
- SIMPLÍCIO, D. (1997) - Evolução e Morfologia do Espaço Urbano de Évora, Dissertação de Doutoramento em Geografia, Universidade de Évora, polic..
- VÁZQUEZ, I. (1993) - "Os Problemas Urbanos e as Perspectivas de Desenvolvimento e de Funcionalidade das Áreas Urbanas: um Enquadramento Global", *in* Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e Administração do Território, Lisboa, pp. 135-145.
- VENTURA, T. e SILVA, J. (1983) - "Recuperação do Centro Histórico de Évora - uma Metodologia de Intervenção", Poder Local, nº 35, Lisboa, pp. 51-57.